

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ – IPMQ**

**EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2024**

Licitação exclusiva às beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006

1 – PREÂMBULO

Torna-se público para conhecimento dos interessados que **O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ**, com sede na Rua Barão de Vila Franca, 413 – Centro- Quissamã – RJ, realizará por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, através da rede mundial de computadores – INTERNET, no endereço eletrônico abaixo descrito, **LICITAÇÃO com participação Exclusiva de Empresas Beneficiárias da LC 123/2006**, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, no modo de disputa ABERTO, com o critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei Federal 14.133/2021 - Normas Gerais de Licitação e Contratação Pública, com aplicação subsidiária, no que couber, dos Decretos Municipais nº 3841/2024; 3842/2024; 3845/2024; 3846/2024 e suas alterações, da Lei Complementar Federal nº 123/06 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e suas alterações, e demais normas que compõem a legislação aplicável à licitações e contratações públicas.

Processo Administrativo nº 162/2024.

Data da sessão: 03/02/2025

Horário: 09:30 horas (Horário de Brasília)

Local: Portal de Compras Públicas

Endereço Eletrônico : <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

1.1 - ANEXOS DO EDITAL

Integram este edital, para todos os efeitos, os seguintes Anexos:

- I – Termo de Referência;
- I/I – Estudo Técnico Preliminar;
- II/I – Planilha com a composição dos preços
- II – Descrição dos serviços (Requisição);
- III – Modelo de Proposta de Preços;
- IV – Minuta de Contrato.

2 - DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é para **contratação exclusiva de empresas beneficiárias da LC 123/2006** para a prestação de serviços continuados de locação de equipamentos de informática (computador novo desktop gabinete SFF (Small Form Factor), computador Notebooks, impressora multifuncional colorida 3 em 1 e impressora multifuncional laser monocrática), com serviços de instalação, configuração, assistência técnica e manutenção corretiva on-site com fornecimento de insumos básicos inerentes a estes serviços, para suprir as necessidades de informatização do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Quissamã - IPMQ conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste edital.

2.2. No caso de divergência entre a especificação contida neste edital e no Sistema Portal de Compras Públicas, prevalecerá a descrita neste edital.

3. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO.

3.1. O prazo de vigência do instrumento contratual é de **12 (doze) meses**, contados da data da sua assinatura e divulgação no PNCP, prorrogável por igual período, na forma do art. 106, da Lei 14.133/21, desde que comprovado o preço vantajoso e mantido o equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decretos Municipais nº 3845/2024 e 3846/2024.

3.2. Eventual pedido de prorrogação nos termos do item anterior, deverá ser encaminhada ao INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ, localizada à Rua Barão de Vila Franca, 413 – Centro - Quissamã/RJ, Telefone: (22) 2768-1418, e-mail: administrativo@previdenciaquissama.rj.gov.br

3.3. Além da possibilidade de extinção contratual pela ausência de vantajosidade compreendida no item anterior, o contrato poderá ser extinto ainda no caso da inexistência de créditos orçamentários para a sua continuidade, na forma prevista no inciso III e § 1º do artigo 106 da Lei Federal 14.133/21.

3.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação, em conformidade com o disposto no Anexo VII-F da Instrução Normativa n.º 05/2017.

3.5. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

4. PREÇO ESTIMADO

4.1 - O preço estimado da presente licitação é de **R\$ 77.676,00 (Setenta e sete mil, seiscentos e setenta e seis reais)**, conforme descrição dos serviços – ANEXO II deste Edital.

4.2 – O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ foi responsável para composição do valor estimado de acordo com pesquisa de mercado referente mês 08/2024.

5 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 - As despesas decorrentes das obrigações assumidas com a presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESPESA	FICHA	FONTE
09.122.0127.2338	3.3.90.40	4008	1800

6. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Somente poderão participar desta licitação as empresas qualificadas como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparadas e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando aptas a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 49 da mencionada Lei, não havendo fatos supervenientes impeditivos da participação no presente certame, e ainda preencham os seguintes requisitos:

6.2. Estejam legalmente estabelecidas e explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, devendo tal fato ser oportunamente comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa;

6.3. Estejam regularmente cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no sítio <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

6.4. Disponham de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, bem como informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções dos gestores do sistema do Portal de Compras Públicas para sua correta utilização;

6.5. Atendam às condições exigidas neste Edital e em seus Anexos.

6.6. As microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas que desejarem participar do procedimento licitatório deverão observar as condições previstas nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do artigo 4º da Lei Federal 14.133/21. 7.6.1. A participação e a concessão dos benefícios legais serão limitados às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública e iniciativa privada cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo a licitante apresentar declaração de observância desse limite na licitação, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 4º da Lei Federal 14.133/21 e formato similar da Instrução Normativa SEGES ME 05/2017 .

7 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

7.1. A licitação instaurada possui formato com admissão **exclusiva de empresas beneficiárias da LC 123/2006**, destinada às empresas interessadas que atenderem às seguintes condições:

7.1.1. Estejam legalmente estabelecidas e explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, devendo tal fato ser oportunamente comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa;

7.1.2. Estejam regularmente cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no sítio : <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

7.1.3. Disponham de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, bem como informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções dos gestores do sistema **Portal de Compras Públicas** para sua correta utilização;

7.1.4. Atendam às condições exigidas neste Edital e em seus Anexos.

7.2. Poderão participar, as empresas que cumpram os requisitos legais para efeito de qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Equiparadas, e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando aptas a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 49 da mencionada Lei, não havendo fatos supervenientes impeditivos da participação no presente certame e que atendam, ainda, aos requisitos especificados nos subitens 7.1.1 a 7.1.4.

7.3. As microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas que desejarem participar do procedimento licitatório deverão observar as condições previstas nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do artigo 4º da Lei Federal 14.133/21.

7.3.1. A participação e a concessão dos benefícios legais serão limitados às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública e iniciativa privada cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo a licitante apresentar declaração de observância desse limite na licitação, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 4º da Lei Federal 14.133/21.

7.4. Diante da hipótese suscitada no subitem 7.3.1, caso a licitante ME e EPP optante do Simples Nacional venha ser adjudicada e adquira o status de desenquadramento, deverá providenciar comunicação junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação (celebração do Contrato ou instrumento equivalente), apresentando à Prefeitura Municipal de Quissamã, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do termo contratual, comprovação da efetivação das providências para a exclusão obrigatória prevista nos artigos 30 e 31, incisos II, da Lei Complementar n.º 123/2006.

7.5. Caso a licitante optante pelo SIMPLES NACIONAL não efetue, nesse caso, a comunicação no prazo assinalado acima, a própria Prefeitura Municipal de Quissamã, em

obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

8 – PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

8.1. Será admitida a participação de cooperativa de trabalho na licitação, quando esta caracterizada, evidenciar as seguintes condições:

8.1.1. A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

8.1.2. A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

8.1.3. Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

8.1.4. O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

8.2. Não será admitida participação de cooperativas de trabalho:

8.2.1. Fornecedoras de mão de obra, ou que realizam intermediação de mão de obra subordinada, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados; ou

8.2.2. Cujos atos constitutivos não definam com precisão a natureza dos serviços que se propõem a prestar.

8.3. Presumir-se-á intermediação de mão de obra subordinada a relação contratual estabelecida entre a empresa contratante e as Cooperativas de Trabalho que não cumprirem o disposto no inciso XI do item 18.10.

8.4. A constituição ou utilização de Cooperativa de Trabalho para fraudar deliberadamente a legislação trabalhista, previdenciária e o disposto nesta Lei acarretará aos responsáveis as sanções cíveis e administrativas cabíveis.

8.5. Os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte serão estendidos às cooperativas, quando elas atenderem ao disposto no art. 3º, § 4º, inc. VI, e art. 34 da Lei federal nº 11.488/2007.

9 – PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Será permitida a participação em consórcio, sujeita às seguintes regras:

9.1. As empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante o IPMQ, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária.

9.2. Apresentarão, de forma conjunta, mas individualizada, documentação de habilitação prevista no item 18.9;

9.3. As empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;

9.4. As empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do Contrato;

9.5. O consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do Contrato.

10 – DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

10.1. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, a pessoa física ou jurídica que estejam enquadradas nas seguintes condições:

10.1.1 - Que não estejam enquadradas legalmente na condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparadas, ou que incidam em alguma das hipóteses previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006

10.1.2. Suspensas temporariamente de participar de licitações e de contratar com a Administração Estadual Direta e Indireta, ainda na vigência da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Federal nº 10.520/2002;

10.1.3. Impedidas de licitar e contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta, da Prefeitura Municipal de Quissamã, nos termos do inciso III, e parágrafo quarto, do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.1.4. Declaradas inidôneas para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todas os entes federativos, na forma do inciso IV, e parágrafo quinto, do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.1.5. Que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral

ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme inciso IV do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.1.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.1.7. Que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

10.1.8. O agente público da PMQ, estendendo-se a vedação a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

10.1.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

10.1.10. Agente público da PMQ, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do artigo 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.1.11. Que tiverem decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado.

10.1.11.1. Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

10.1.12. Proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais);

10.1.13. Empresário ou sociedade empresária cujos sócios majoritários, nos termos do inciso III, do artigo 12, da Lei nº 8.429/92, estiverem proibidos de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica (Lei da Improbidade Administrativa);

10.1.14. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

10.1.15. Os impedimentos previstos nos itens 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4 serão aplicados ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

10.1.16. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

10.2. Será considerado comportamento inidôneo, o comparecimento na licitação do interessado que se apresente para participar do procedimento licitatório e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.

11 – DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E OUTROS DOCUMENTOS

11.1. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> suas respectivas propostas com a descrição do objeto e os preços ofertados, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

11.1.2 - Os licitantes deverão apresentar especificações técnicas por meio de catálogo eletrônico ou site com todas as especificações pretendidas para devida comprovação. O mesmo deve ser enviado, obrigatoriamente, junto a proposta.

11.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada, na forma do § 1º do artigo 20 da Instrução Normativa SEGES nº 73/2022.

11.3. Além de outras informações demandadas pelo sistema eletrônico, deverão consignar que compreendem a descrição do(s) serviço(s) ofertado(s) e/ou material(s), o(s) preço(s) unitário(s) e total(ais) do(s) item(ns) para o(s) qual(ais) pretende oferecer proposta, de acordo com o – ANEXO I deste edital; que a proposta formulada está compatível com o edital e seus anexos; o prazo de prestação dos serviços ou fornecimento do material, contado do recebimento da solicitação; o prazo de validade da proposta comercial.

11.4. Os licitantes não poderão oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital de licitação, na forma do inciso IV do artigo 82 da Lei Federal 14.133/2021.

11.5. Configurada a situação prevista no item 7.4, com o iminente desenquadramento durante a possível contratação, as licitantes então caracterizadas como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) não poderão utilizar dos benefícios tributários na proposta e planilha de preços a serem apresentadas no certame.

11.6. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

11.6.1. Está ciente do inteiro do edital e seus anexos, e que concorda com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

11.6.2. A proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1998, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de sua entrega em definitivo;

11.6.3. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências desse Edital e do Termo de Referência;

11.6.4. Inexiste impedimento à habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao Órgão Competente da Prefeitura Municipal de Quissamã;

11.6.5. Possui ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

11.6.6. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021;

11.6.7. Não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

11.6.8. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;

11.6.9. Cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

11.7. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.8. No caso de licitante enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/ 2021.

11.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 11.6.1 a 11.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.



IPMQ

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos
do Município de Quissamã

P.M.Q.
Processo nº _____
Rubrica _____ Fls. _____

11.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta(s) ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inserida(s) no sistema, até a abertura da sessão pública.

11.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

11.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

11.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

11.13.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

11.13.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

11.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

11.14.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

11.14.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

11.15. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 11.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

11.15.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

11.15.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

12 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

12.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, contendo o valor unitário e total do serviço ou material; descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

12.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

12.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto.

12.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12.5. Qualquer elemento que possa identificar a licitante, antes da finalização da etapa de lances, importará na desclassificação da proposta.

12.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

12.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o , assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

12.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos na estimativa elaborada para esta licitação;

12.9.1. O formulário da proposta comercial, em sua forma prevista no Anexo III do edital de licitação, somente será utilizado pelo licitante vencedor, com vistas à readequação de sua oferta final.

12.10. O prazo de validade da proposta comercial será de 90 (noventa) dias contados da data limite para apresentação das propostas.

12.11. Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, e caso, persista o interesse da Prefeitura Municipal de Quissamã, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

13 – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

13.1. A abertura da sessão pública deste PREGÃO ELETRÔNICO, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá automaticamente pelo sistema na data e hora indicadas no preâmbulo deste edital, no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

13.2. A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (chat), vedada outra forma de comunicação.

13.3. Cabe à licitante acompanhar as operações e convocações durante a sessão pública até o encerramento definitivo no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

13.4. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

13.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

13.6. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

13.7. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

13.8. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

13.9. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

13.10. Na hipótese de necessidade da suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de Propostas e documentos de Habilitação de que tratam os artigos 41 e 42 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, o seu reinício somente poderão correr mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

13.11 – Os licitantes deverão apresentar especificações técnicas por meio de catálogo eletrônico ou site com todas as especificações pretendidas para devida comprovação. O mesmo deve ser enviado, obrigatoriamente, junto a proposta.

14 – MODO DE DISPUTA E FORMULAÇÃO DOS LANCES



14.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, para os itens que pretende participar, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

14.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

14.3. A licitante somente poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

14.3.1. A licitante poderá, ainda, apresentar lances iguais ou superiores ao lance melhor classificado, desde que inferiores ao último lance dado pela própria licitante.

14.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 5,00 (cinco reais).

14.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante.

14.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

14.7. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível.

14.7.1. Considerar-se-á inexequível na fase de lances os valores aparentemente irrisórios ou com erros de digitação.

14.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

14.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

14.9.1. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

14.9.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata os itens 14.9 e 14.9.1, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

14.9.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 14.9 e 14.9.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

14.9.4. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), será admitido o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações.

14.9.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto nos itens 14.9 e 14.9.1, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

14.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

14.11. Ao final da etapa competitiva, observada a prerrogativa das microempresas e empresas de pequeno porte previstas nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.538, de 2015, serão aplicados, caso necessário, os critérios de desempate previstos no Artigo 60 da lei Federal nº 14.133/21.

14.11.1. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate de que trata o artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/21.

14.12. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15. DA NEGOCIAÇÃO E VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS

15.1. Após o encerramento da etapa de lances, concedido o benefício do desempate às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas eventualmente participantes, de que trata o artigo 44 da Lei Complementar n.º 123/06, o pregoeiro deverá propor negociação direta com o licitante melhor classificado, objetivando obter condições mais vantajosas para a Administração, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

15.2. A negociação será realizada e registrada por meio do sistema **Portal de Compras Públicas**, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes, devendo o seu resultado ser formalmente anexado aos autos do processo de licitação.

15.3. Deverá ser observado, ainda, se o licitante atende às condições de participação no certame, relativamente às exigências previstas no item 10 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação ou a futura contratação, mediante a consulta aos

seguintes cadastros:

15.3.1. SICAF;

15.3.2. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral de União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

15.3.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

15.4. As consultas realizar-se-ão em nome da sociedade empresária licitante e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

15.5. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

15.5.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

15.5.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

15.5.3. Constatada a existência de sanção, a licitante será considerada desclassificada, por falta de condição de participação.

15.6. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

16. DA CONFORMIDADE E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA MELHOR CLASSIFICADA

16.1. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

16.2. Como critério para a análise da conformidade das propostas serão observados os requisitos do TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I e da REQUISICÃO – ANEXO II deste edital.

16.3. O critério de julgamento das propostas será o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

16.4. Será rejeitada a proposta que apresentar as seguintes inadequações:

16.4.1. Contiver vícios insanáveis;

16.4.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e anexos;

16.4.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

16.4.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

16.4.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

16.5. O licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta comercial, com os respectivos valores readequados ao valor total vencedor e observando o limite máximo dos preços unitários estipulados na PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS – ANEXO II/I deste edital, no prazo a ser indicado, justificadamente, pelo pregoeiro, nunca inferior a 02 (duas) horas e contado da solicitação efetuada no sistema, devidamente assinada pelo seu responsável ou representante legal.

16.6. O prazo de encaminhamento da proposta readequada, ou de documentos complementares reputados de envio necessário, poderá ser prorrogado de ofício pelo Pregoeiro ou por solicitação do licitante, por igual período inicial, mediante justificativa aceita, na forma do parágrafo 3º do artigo 29 da Instrução Normativa SEGES N.º 73/2022.

16.7. O Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e a compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, inclusive os seus valores unitários, desclassificando ao final, as que estiverem em desacordo com os requisitos estabelecidos neste edital.

16.8. Na verificação do preço final, deverá realizar a aferição da sua exequibilidade, considerando indícios de inaptidão as propostas inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado para a licitação, na forma do artigo 34 da Instrução Normativa SEGES N.º 73/2022.

16.9. Na hipótese de que trata o item anterior, a inexequibilidade somente será considerada após diligência efetuada pelo Pregoeiro que resulte comprovação de que:

I - o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

16.10. O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784/99.

16.11. O pregoeiro poderá solicitar parecer técnico de funcionários pertencentes ao quadro de pessoal do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ para orientar sua decisão.

16.12. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será considerada classificada.

16.13. A desclassificação de proposta será fundamentada e registrada no sistema, sendo acompanhada, em tempo real, por todos os participantes.

17. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

17.1. O Pregoeiro observará o cumprimento das exigências de habilitação previstas nos itens 18 a 21, além da entrega e o cumprimento das obrigações a que se referem as declarações previstas no item 11.6.1 a 11.8 deste edital de licitação.

17.2. No exame da documentação de habilitação será utilizado os dados constantes no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, sendo que os documentos exigidos que não estejam neste contemplado deverão ser enviados por meio do sistema **Portal de Compras Públicas**, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

17.3. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante melhor classificado.

17.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

17.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

17.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

17.7. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

17.8. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares ao SICAF, estes deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, a ser definido, justificadamente, pelo Pregoeiro, contado da convocação efetuada no sistema, podendo ser prorrogado por igual período, nas situações elencadas no § 3º do artigo 29 da Instrução Normativa SEGES 73/2022.

I – complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

17.9. A verificação do Pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

17.10. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, conforme previsto no § 1º do artigo 64 da Lei Federal 14.133/2021.

17.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior.

17.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação, observado o prazo disposto no § 2º do art. 29 da Instrução Normativa SEGES 73/2022 (envio no prazo mínimo de 2 horas).

17.13. A documentação deverá ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a abertura da sessão. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

17.14. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes para atendimento de exigências de habilitação, inicialmente apresentados em tradução livre.

17.14.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a contratação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

18. HABILITAÇÃO JURÍDICA

Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

18.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

18.2. Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

18.3. Sociedade Simples: Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento probatório de seus administradores;

18.4. Microempreendedor Individual-MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

18.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

18.5.1. No caso de sociedades por ações, será necessária a apresentação conjunta de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

18.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

18.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

18.8. Os documentos apresentados deverão indicar os responsáveis pela Administração e estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

18.9. O consórcio de empresas, que vier a participar do procedimento licitatório deverá apresentar a seguinte documentação:

18.9.1. A comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

18.9.2. Indicação da empresa líder do consórcio, que atenderá às condições de liderança estabelecidas no edital e representará as consorciadas perante a Prefeitura Municipal de Quissamã;

18.9.3. A documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

18.9.4. A declaração de responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelos atos praticados em do consórcio, tanto nas etapas da licitação e quanto durante a vigência do contrato;

18.9.5. A declaração de compromisso de constituição e do registro do consórcio antes da celebração do contrato.

18.9.5.1. Empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

18.10. A cooperativa de trabalho, que deverá ser regida pela Lei nº 12.690/12, deverá atender, conforme o caso, todas às exigências de habilitação previstas neste ato convocatório, no que couber, assim como encaminhar, na forma do item 18.2 deste edital, os seguintes documentos para comprovação da sua habilitação jurídica/fiscal:

- I – Ata de fundação, com o uso obrigatório da expressão “Cooperativa de Trabalho” na denominação social da cooperativa;
- II – Estatuto (com ata da assembleia de aprovação);
- III – Regimento interno (com ata da aprovação);
- IV – Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados (com ata de aprovação);
- V - Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, conforme previsto no artigo 107 da Lei Federal nº 5.764/71;
- VI – Edital de convocação de assembleia geral e ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros;
- VII - Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- VIII – Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;
- IX – Relação dos cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa;
- X – Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- XI - Ata da sessão em que os cooperados elegeram comissão ou cooperado para realizar a coordenação da prestação de serviços realizada fora do estabelecimento da cooperativa, com mandato nunca superior a 1 (um) ano ou, no máximo, com prazo estipulado para a contratação, com a definição dos requisitos para a sua consecução, os valores contratados e a retribuição pecuniária de cada sócio partícipe;
- XII - A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- XIII - A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- XIV - A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

XV - A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

19. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

19.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda -CNPJ/MF;

19.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuições Estadual e/ou Municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

19.3 - Prova de regularidade de recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); As empresas com sede no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar a Certidão Negativa de ICMS acompanhadas da Certidão da Procuradoria Geral do Estado.

19.4. Prova de regularidade para com a Seguridade Social e a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Positiva com Efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” e “d”, do parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 8.212/91, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União;

19.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante

19.6. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

19.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

19.8. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do artigo 62 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.9. Declaração firmada pela licitante, expressando não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal/1988 e de acordo com o inciso VI do artigo 68 da Lei Federal 14.133/2021, acrescido pela Lei Federal 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02.

19.10. As exigências relativas ao fornecimento das declarações previstas nos subitens 19.8 e 19.9 serão consideradas atendidas por meio de verificação do seu envio no **sistema Portal de Compras Públicas**

19.11. DOS BENEFÍCIOS FISCAIS DA ME'S, EPP'S E EQUIPARADAS:

19.11.1. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

19.11.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de Quissamã, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

19.11.3. A falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, consoante os termos do §5º do artigo 90 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, observando, se for o caso, as demais hipóteses previstas no parágrafo quarto.

19.11.4. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

20. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

20.1. Comprovação de capacidade técnica, por meio da apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no – Anexo I deste edital, com clara menção da execução bem sucedida, relativamente ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade do mesmo.

20.1.1. Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

20.2. Será admitida a soma de atestados ou certidões apresentados pelas licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

20.3. No caso de consórcio, a comprovação da qualificação técnica será realizada pelo somatório dos quantitativos de cada empresa consorciada.

20.4. Os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos artigos 169, § 3º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337–F do Código Penal.

20.5. A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestante para fins de aferição.

21. RECURSOS

21.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

21.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

21.3. No que concerne as decisões proferidas nesta licitação, qualquer licitante poderá, no prazo de 10 (dez) minutos a ser concedido pelo Pregoeiro, após o respectivo término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor no caso de inexistência de manifestação.

21.4. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação via sistema.

21.5. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado a partir do dia útil seguinte ao final do prazo de apresentação das razões recursais.

21.6. Os recursos e as contrarrazões serão dirigidas ao Pregoeiro que proferiu a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, o encaminhará, relatando suas razões de forma fundamentada e motivada, à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

21.7. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

21.8. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o titular da Secretaria de origem do processo adjudicará o objeto e homologará a licitação, caso não seja necessário o retorno da licitação à fase de lances.

21.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

21.10. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. O licitante/adjudicatário participante do procedimento licitatório estará sujeito, durante o seu transcorrer, à aplicação das seguintes sanções administrativas previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

22.1.1. Advertência

22.1.2. Multa

22.1.3. Impedimento de Licitar e Contratar, e

22.1.4. Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar.

22.2. Estarão passíveis das sanções previstas no item anterior, os licitantes que, com dolo ou culpa, se enquadrarem nas seguintes situações:

22.2.1. Declarado inidôneo ou impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, que se apresente para participar de procedimento licitatório, conforme o Art. 178 da Lei Federal 14.133/2021;

22.2.2. Venha frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório, conforme artigo 337-F do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/2021);

22.2.3. Afaste ou tente afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo, conforme artigo 337-K do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/2021);

22.2.4. Devasse o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo, conforme artigo 337-J do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/2021)

22.2.5. Patrocine, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário, conforme artigo 337-G do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/2021);

22.2.6. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro;

22.2.7. Não manter a proposta, dentro prazo de sua validade, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

22.2.7.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

22.2.7.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

22.2.7.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

22.2.7.4. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

22.2.8. Não celebrar o contrato/ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

22.2.8.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

22.2.9. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

22.2.10. Fraude a licitação;

22.2.11. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

22.2.11.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

22.2.11.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

22.2.11.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

22.2.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

22.2.13. Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/13, em especial:

22.2.13.1. Venha impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público, conforme a letra b do inciso IV do artigo 5º da Lei Federal 12.846/13;

22.2.13.2. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública, conforme a letra e do inciso IV do artigo 5º da Lei Federal 12.846/13;



22.2.13.3. Obtenha vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais conforme a letra f do inciso IV do artigo 5º da Lei Federal 12.846/13;

22.3. Na aplicação das sanções, conjugadas as diretrizes do §1º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21, e do artigo 7º da Lei Federal 12.846/13, será observado o princípio da proporcionalidade, considerando-se especialmente (1) a natureza e a gravidade da infração cometida, (2) as peculiaridades do caso concreto, (3) as circunstâncias agravantes ou atenuantes, (4) os danos para a Administração, (5) a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator, (6) a consumação ou não da infração, (7) o grau de lesão ou perigo de lesão, (8) o efeito negativo produzido pela infração, (9) a situação econômica do infrator, (10) a cooperação da pessoa jurídica para a apuração das infrações, (11) a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica.

22.4. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 23.2.1, 23.2.6 a 23.2.8, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

22.5. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 23.2.2 a 23.2.5, 23.2.9 a 22.6, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 22.2.1, 22.2.6 a 22.2.8, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

22.7. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor estimado da licitação ou do valor proposto ou do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

22.7.1. Para as infrações previstas nos itens 22.2.1, 22.2.6 a 22.2.8, a multa será de 0,5% a 15% sobre o valor estimado da licitação ou do valor proposto ou do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante.

22.7.2. Para as infrações previstas nos itens 22.2.2 a 22.2.5, 22.2.9 a 22.2.13, a multa será de 15% a 30% sobre o valor estimado da licitação ou do valor proposto ou do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante.

22.8. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de Advertência, Impedimento de Licitar e Contratar, e com a Declaração de Inidoneidade de Licitar ou Contratar.



22.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

22.9.1. Decorridos 20 (vinte) dias da convocação para assinatura do Contrato ou da ata de registro de preço (ou retirada/aceite de empenho ou instrumento equivalente), sem a manifestação do adjudicatário, ficará configurada a referida recusa, sujeitando-o a multa moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado, com base no valor adjudicado, na forma prevista no , além da aplicação do Impedimento de Licitar e Contratar pelo período de até 3 (três) anos.

22.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se os procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

22.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

22.12. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

22.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

22.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

22.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

22.16. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados a Prefeitura Municipal de Quissamã.

22.17. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme previsto no artigo 161 na Lei Federal nº 14.133/2021.

22.18. As sanções administrativas aplicáveis por atos praticados no decorrer da execução contratual estão previstas no Termo de Referência e/ou na Minuta do Contrato, que constituem anexos deste Edital de Licitação.

23. DA CONVOCAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

23.1. Após a homologação, a Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021. O licitante vencedor terá um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para assinatura da Nota de Empenho e/ou Contrato, a contar de sua convocação.

23.2. O prazo estabelecido no documento da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte durante o seu transcurso e se acolhidas pela Administração as justificativas apresentadas.

23.3. Quando do comparecimento do fornecedor registrado para assinatura do contrato, deverão ser apresentados os documentos de Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura do contrato. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.

23.4. O fornecedor registrado ficará obrigado a, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, entregar o contrato devidamente assinado pelo representante legal, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

23.5. Como condição para celebração do contrato, ou retirada da nota de empenho, o fornecedor registrado deverá manter as condições de habilitação consignadas neste edital, as quais serão verificadas novamente no momento da assinatura do termo.

23.6. O presente edital e seus anexos e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da nota de empenho de despesa, a qual substituirá o instrumento de contrato.

23.7. Caso o fornecedor registrado não compareça para a retirada da nota de empenho ou assinatura do instrumento contratual, estará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a desistente às sanções legais cabíveis, especialmente as previstas neste edital de licitação, minuta de contrato e demais anexos.

23.8. Ocorrendo a hipótese do subitem anterior e não havendo Cadastro de Reserva, o pregoeiro realizará a reabertura do pregão, examinando as ofertas subsequentes e a qualificação dos



licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda e proporcione a viabilização da contratação, nas condições propostas pelo licitante vencedor.

23.9. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nos termos do subitem anterior, a Secretaria de Licitações e Contratos, observado o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

I - Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

II - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

23.10. As sanções administrativas mencionadas no item 22.9 não serão aplicáveis aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do subitem anterior.

23.11. É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

24. RECEBIMENTO DO OBJETO

24.1. Executado o objeto, na forma estipulada no Termo de Referência, será recebido provisoriamente no prazo de até 02 (dois) dias úteis, pelo fiscal técnico Rodrigo Siqueira Rodrigues – Mat. 2222 e será recebido definitivamente, no prazo de até 10 (dez) dias contados do recebimento provisório e após executada a conferência e verificação do teor do respectivo documento fiscal com os relatórios emitidos pela contratada, mediante atestação da fatura pelo gestor Angélica Souza Fernandes Rodrigues – Mat 40 que emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.

24.2. Se constatar que o objeto foi executado em desacordo com o especificado ou incompleto, a fiscalização notificará por escrito a contratada, interrompendo-se os prazos de recebimento e ficando suspenso o pagamento até que sanada a irregularidade.

24.3. O aceite/aprovação do objeto pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referências.

24.4. A entrega deverá ser feita no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de apresentação da nota de empenho, de segunda a quinta-feira das 08:00hs às 11:00hs e das 13h30m às 16:00hs, e sexta-feira de 08:00 às 11:00 hs, no endereço: Rua Barão de Vila Franca, 413 – Centro – Quissamã – RJ.

25. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

25.1. Os pagamentos serão efetuados pelo Município de Quissamã, por intermédio do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ-IPMQ em moeda corrente nacional, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados do cumprimento do objeto, mediante apresentação pela CONTRATADA dos respectivos documentos fiscais e relatórios, conforme indicado no item XVI do Termo de Referência e acompanhados dos demais documentos relacionados no Edital. Os pagamentos seguirão conforme Art. 141 da Lei 14.133/2021.

25.1.1. O pagamento só será liquidado após a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

25.2. A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações, à exceção do disposto no artigo 137, §2º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo tolerar possíveis atrasos de pagamento.

25.3. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, salvo em condições excepcionalíssimas devidamente justificadas, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

25.4. A contratante estará eximida de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

26. REVISÃO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

26.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis, e inexistirá a possibilidade de adoção pelas partes de qualquer espécie de atualização financeira antes do interregno mínimo de um ano.

26.2. Os preços contratados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços contratados, nas seguintes situações:

26.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuados, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

26.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

26.2.3. No caso de prorrogação do prazo de vigência contratual, e desde que observado o interregno mínimo de um ano, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro ocorrido nesse(s) contrato(s), da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, os valores contratados poderão ser reajustados, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

26.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do artigo 106 da Lei Federal 14.133/21.

26.4. A Administração deverá efetuar resposta ao pedido de reajuste no prazo máximo de 1 (um) mês, contado da data da sua solicitação.

26.5. O prazo para resposta ao pedido de reajuste de preços somente começará a fluir somente a partir do momento em que o pedido da contratada se encontre correto e completamente instruído.

27. SUSTENTABILIDADE

27.1. A contratada deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus artigos 5º e 6º, no que couber, além de observar todas as condições específicas previstas no Termo de Referência.

28. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

28.1. Qualquer pedido de esclarecimento, providências ou impugnações deverá ser enviado ao Pregoeiro através de qualquer dos seguintes meios:

28.1.1. Eletrônico: por meio do formulário eletrônico, disponível no Portal de Compras Públicas, no endereço <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> ou por e-mail no endereço: licitacaoquissama@gmail.com, até três dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública; ou

28.1.2 – Por escrito, desde que encaminhada com antecedência de até 03 (três) dias úteis da data fixada para a abertura da sessão pública, devendo protocolar a petição no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Quissamã, localizado na Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã - RJ, de segunda a quinta-feira, no horário das **8hs às 11hs** e **13h30 às 16hs** e sexta-feira de **8hs às 12hs**, exceto feriados.

28.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela

elaboração do edital de licitação e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

28.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

28.4. A decisão acerca da impugnação, que será proferida até o último dia útil anterior à data de abertura do certame, caberá ao titular da Secretaria de Licitações e Contratos (SELIC).

28.5. Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observado o prazo de ancoragem específico, conforme artigo 55 da Lei Federal 14.133/2021.

28.6. As respostas aos pedidos de esclarecimento e de impugnação serão divulgadas, concomitantemente nos endereços eletrônicos www.quissama.rj.gov.br e <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, além do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observados os prazos previstos no item 30.2 e 30.4, para conhecimento geral e dos interessados em participar da licitação, e vincularão os participantes e a Administração quanto ao seu conteúdo.

28.7. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes

29. CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER GERAL

29.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

29.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

29.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

29.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

29.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

29.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

29.7. É facultada ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

29.8. A autoridade superior, a Secretaria Requisitante, poderá revogar esta licitação por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

29.9. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

29.10. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

29.11. Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados, conforme previsto no § 3º, do Art. 71, da Lei Federal nº 14.133/2021.

29.12. Na hipótese da ilegalidade ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no Art. 147 da Lei Federal nº 14.133/2021.

29.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e findando-se estes somente em dias de expediente na Administração, disposto no Art. 183 da Lei Federal 14.133/2021.

29.14. O edital de licitação, e seus anexos, estarão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço eletrônico www.quissama.rj.gov.br e <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, locais em que serão disponibilizados ainda o acompanhamento dos resultados das fases desta licitação.

29.15. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas. Por outro lado, havendo divergência entre o Edital e o Termo de Referência, prevalecerá este.

29.16. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, com auxílio da equipe de apoio.

29.17. Para fins de dirimir controvérsias deste certame elege-se o foro competente da Comarca de Carapebus/Quissamã, excluído qualquer outro.

Quissamã, 16 de janeiro de 2025.

Antônio Carlos dos Espírito Santo
Assessor Técnico de Minutas de Editais

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ - IPMQ
EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2024
ANEXO I**

TERMO DE REFERENCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Descrição do Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de locação de equipamentos de informática (*computador novo desktop gabinete SFF (Small Form Factor), computador Notebooks, impressora multifuncional colorida 3 em 1 e Impressora multifuncional laser monocrática*), com serviços de instalação, configuração, assistência técnica e manutenção corretiva on-site com fornecimento de insumos básicos inerentes a estes serviços, para suprir as necessidades de informatização do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Quissamã – IPMQ, conforme especificações, quantidades e características técnicas descritas neste Termo de Referência.

1.2. Da Natureza Do Objeto: A natureza do objeto consiste na prestação de serviços continuados de locação de Equipamentos de Informática.

a) O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Art. 71 do Decreto Municipal nº 3842, de 12 de janeiro de 2024.

b) *Aplica-se o reajuste do índice IPCA sobre a locação dos itens:* Computadores, notebooks, impressora multifuncional colorida 3 em 1 e Impressoras laser monocrática, com efeitos a partir da data da apresentação da proposta.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Descrição da Necessidade:

2.1.1. Definição: Tendo em vista que o término do contrato vigente se aproxima e a necessidade do aumento do quantitativo conforme o PCA – 2024, também observou-se a necessidade e importância da modernização e atualização de seu parque tecnológico para garantir a melhoria nas condições dos trabalhos dos servidores em seus respectivos setores. Nesse contexto, torna-se fundamental a regularização contratual desse processo.

Conforme se extrai do ETP (Estudo Técnico Preliminar), a melhor solução é a locação dos equipamentos a fim de reduzir os custos associados à contratação.

Portanto, esta ação visa alinhar a infra-estrutura tecnológica do IPMQ com as demandas atuais, promovendo eficiência, economia e, conseqüentemente, melhorias no ambiente de trabalho.

2.1.2. Justificativa:

Justifica-se esta contratação, a fim de realizar a atualização do parque tecnológico do IPMQ, visando à melhoria nos serviços prestados por todos os servidores da Autarquia e a regularização contratual deste processo.

O contrato vigente de locação dos equipamentos citados encontra-se na iminência de expirar, bem como há a necessidade de aumentar a quantidade para atendimento das demandas necessárias ao bom funcionamento dos trabalhos; desta forma, a aplicação deste processo licitatório visa evitar que o IPMQ fique sem os equipamentos bem como manter a atualização dos equipamentos utilizados, não causando incômodos aos servidores e aos beneficiários devido à utilização de equipamentos defasados.

Entende-se como oportuno e indispensável a contratação destes serviços, conforme objeto acima mencionado, pois a mesma dará suporte as necessidades diárias de gestão do IPMQ.

2.1.3. Justificativa para locação em vez de aquisição:

Os processos de trabalho da CONTRATANTE exigem uso de computadores, impressoras e notebooks para prestação de suas atribuições, sendo considerada uma atividade necessária para o bom andamento dos serviços. Sendo assim, é imprescindível que os setores do IPMQ disponham de equipamentos de boa qualidade, sempre disponível, de forma a garantir um modelo eficiente e eficaz, capaz de atender a demanda da administração pública.

A contratação dos serviços de locação de computadores, impressoras e notebooks transfere a terceiros, a responsabilidade pela instalação, movimentação de equipamentos, manutenção corretiva, fornecimento de todos os insumos e consumíveis necessários.

Essas empresas especializadas na prestação deste serviço proporcionam além de estabilidade do mesmo e economia evitando-se investimentos em novos equipamentos, estoques de suprimentos e manutenção dos equipamentos em um custo muito mais competitivo para a Administração Pública.

A opção pela contratação dessa modalidade de serviço com a atualização tecnológica dos equipamentos (ampliação da capacidade de produção dos mesmos), se deu pelos seguintes benefícios e fatos:

- a).** Proporcionar a eliminação de altos investimentos iniciais com a aquisição de equipamentos;
- b).** Proporcionar redução de custos com os insumos e consumíveis, visto que estes são fornecidos com menores preços, obtidos pelas compras em grande escala, que podem ser realizadas pelo prestador de serviços;

- c).** Permitir a inexistência da contratação de manutenção e assistência técnica de equipamentos, que passam a ser de responsabilidade do prestador de serviços;
- d).** Permitir a eliminação da necessidade de infraestrutura de logística para atendimento de solicitações e distribuição de peças para manutenção.
- e).** Eliminação da gerência de estoque, das compras e do acondicionamento de peças de reposição e manutenção.
- f).** Assim como em diversas outras áreas, os equipamentos ultrapassados tendem a ter um custo de produção superior aos equipamentos mais modernos, pela própria competição imposta pela indústria, que incorpora tecnologias que, via de regra, reduzem seus custos operacionais e energéticos.
- g).** Por outro lado, no caso de aquisição, logo o período de garantia a Prefeitura ficaria responsável por arcar com os custos de manutenção e aquisição de peças para os equipamentos, além de necessitar realizar anualmente ata de registro de preços para aquisição de suprimentos.
- h).** Destaca-se também que as empresas de locação de equipamentos geralmente têm políticas de atualização e manutenção rigorosas, o que lhes permite fornecer equipamentos com maior eficiência energética. Isso resulta em menor consumo de energia ao longo do ciclo de vida dos equipamentos e menor emissão de gases de efeito estufa.

2.2. Especificações Técnicas dos itens

2.2.1. A empresa contratada deverá fornecer, conforme especificado neste Termo de Referência, todos os equipamentos, acessórios, periféricos e serviços necessários para a instalação e manutenção da solução;

2.2.2. Não serão aceitos equipamentos com produção descontinuada. Deverão estar inclusos nos custos mensais além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto. Todos os equipamentos entregues deverão ser novos, sem nenhum uso anterior e lacrados na caixa;

2.2.3. Possui especificações técnicas por meio de catálogo eletrônico ou site com todas as especificações pretendidas para devida comprovação. O mesmo deve ser enviado, obrigatoriamente, junto a proposta.

TABELA 01 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS



Nº	ITEM	REQUISITOS MÍNIMOS	CATS ER	UN	QTD.
01	Computador novo desktop gabinete SFF (Small Form Factor)	Locação de computador novo desktop gabinete SFF (Small Form Factor) com no mínimo: Processador de 4 núcleos e 8 threads, frequência de 3.4hz, frequência turbo de 4.5Ghz, 12MB smart cache; Placa mãe Chipset Intel® B660 Armazenamento de 256 GB SSD M.2 2280 PCIe Gen4 TLC Opal; Memória 8 GB DDR4-3200MHz (UDIMM) Placa gráfica Intel® UHD integrada 730 Áudio de alta definição (HD), codec Realtek® ALC623-CG Fonte de energia 180 W 85% Ethernet Integrado 100/1000M Slots de expansão: 1x PCIe® 4.0 x16, 1x PCIe® 3.0 x1, baixo perfil, 2x slots M.2 Portas frontais: 1x USB-C® 3.2 Gen 1, 2x USB 3.2 Geração 1, 1x conector combinado para fone de ouvido/microfone (3,5 mm), 1x microfone (3,5 mm) Portas traseiras: 2x USB 2.0, 2x USB 3.2 Gen 1 (um suporta Smart Power On), 1x HDMI® 2.1 TMDS, 1x DisplayPort™ 1.4, 1x VGA, 1x Ethernet (RJ-45), 1x saída de linha (3,5 mm) Chip de segurança TPM 2.0 discreto, certificado TCG, Interruptor de intrusão de chassi Certificações Verdes: ErP Lote 3, Compatível com RoHS, Certificado TCO Sistema operacional: licença Windows® 11 Pro, Português (Brasil) Teclado USB Tradicional, Preto, Português (BR) e Mouse USB Calliope, Preto ambos de mesmo fabricante do desktop. Nobreak com potência mínima de 600va/300w; Tensão de entrada: 115v-127v, tensão de saída: 115v; 4 saídas padrão brasileiro de plugues e tomadas; Bateria 12v7ah. 01 Monitor com tamanho de painel mínimo de 19,5", formato widescreen, proporção 16:9, iluminação LCD ou LED, conectores: 1 x vga, 1 x HDMI, padrão VESA 75x75, tempo de resposta 2ms.	27570	un.	08
02	Computador novo desktop gabinete SFF (Small Form Factor)	Locação de computador novo desktop gabinete SFF (Small Form Factor) com no mínimo: Processador de 4 núcleos e 8 threads, frequência de 3.4hz, frequência turbo de 4.5Ghz, 12MB smart cache;	27570	un.	04



IPMQ

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos
do Município de Quissamã

P.M.Q.

Processo nº _____

Rubrica _____ Fls. _____

		<p>Placa mãe Chipset Intel® B660 Armazenamento de 256 GB SSD M.2 2280 PCIe Gen4 TLC Opal; Memória 8 GB DDR4-3200MHz (UDIMM) Placa gráfica Intel® UHD integrada 730 Áudio de alta definição (HD), codec Realtek® ALC623-CG Fonte de energia 180 W 85% Ethernet Integrado 100/1000M Slots de expansão: 1x PCIe® 4.0 x16, 1x PCIe® 3.0 x1, baixo perfil, 2x slots M.2 Portas frontais: 1x USB-C® 3.2 Gen 1, 2x USB 3.2 Geração 1, 1x conector combinado para fone de ouvido/microfone (3,5 mm), 1x microfone (3,5 mm) Portas traseiras: 2x USB 2.0, 2x USB 3.2 Gen 1 (um suporta Smart Power On), 1x HDMI® 2.1 TMDS, 1x DisplayPort™ 1.4, 1x VGA, 1x Ethernet (RJ-45), 1x saída de linha (3,5 mm) Chip de segurança TPM 2.0 discreto, certificado TCG, Interruptor de intrusão de chassi Certificações Verdes: ErP Lote 3, Compatível com RoHS, Certificado TCO Sistema operacional: licença Windows® 11 Pro, Português (Brasil) Teclado USB Tradicional, Preto, Português (BR) e Mouse USB Calliope, Preto ambos de mesmo fabricante do desktop. Nobreak com potência mínima de 600va/300w; Tensão de entrada: 115v-127v, tensão de saída: 115v; 4 saídas padrão brasileiro de plugues e tomadas; Bateria 12v7ah.</p> <p>2 Monitores com ajuste de altura e rotação, tamanho de painel mínimo de 21,5" Full HD 1920x1080, brilho 250cd/m², anti-reflexo, iluminação LED, conectores: 1 x vga, 1 x HDMI, tempo de resposta de 4ms.</p>			
03	Notebook	<p>Locação Notebook:</p> <p>Processador (10-core, cache de 12MB, até 4.60GHz)), com placa de vídeo integrada, 16GB DDR4 (2x8GB) 2666MT/s; Expansível até 16GB (2 slots soDIMM), SSD de 512GB PCIe NVMe M.2, Tela Full HD de 15.6" (1920 x 1080), 120 Hz, WVA, Wireless 802.11ax 2x2 Wi-Fi 6, placa de rede wireless com Bluetooth®, Windows 11 Pro, Webcam widescreen HD (720p) integrada com microfone digital, Alto-falantes estéreo, 2 W x 2 = 4 W no total, Bateria de 3 células e 41Wh (integrada), Adaptador CA 65 Watts (Bivolt).</p> <p>Portas e Slots:</p> <p>1 Porta HDMI 1.4</p>	27405 un.	04	



		1 porta USB 3.2 Type-A de 1ª geração 1 porta USB 3.2 Type-C de 1ª geração (apenas dados) 1 porta USB 2.0 Type A 1 Conector de headset 1 Tomada de energia 1 slot de cartão SD 1 slot M.2 2230/2280 para unidade de estado sólido (SSD) Obs.: ressaltando que são especificações mínimas, propostas de equipamentos equivalentes ou superiores serão aceitas, desde que nunca inferiores.			
04	Impressora Multifuncional colorida 3 em 1	Locação de Impressora Multifuncional colorida 3 em 1: imprime, copia e digitaliza / Wi-Fi Direct e Ethernet incluso suporte e tinta; ADF de 30 folhas simplex; impressão frente e verso automática; Impressão e cópia fácil - Com visor LCD colorido de 2.4"; Digitalização de alta qualidade - Scanner de de 1200 x 2400 dpi com ampliação de fotos e documentos; Imprime em até 33 ppm em preto e 20 ppm em cores; Versátil - Capacidade de 150 folhas com bandeja frontal; Impressão de fotos sem bordas até A4/Carta.	27618	un	04
05	Impressora Multifuncional Laser Monocromática	Locação de Impressora Multifuncional Laser Monocromática: Digitalização duplex em passagem única, Gigabit Ethernet, Wireless (2.4 e 5Ghz), Wi-fi Direct e USB 2.0 de alta velocidade, Tela touch screen colorido de 7", Padrão de impressão frente e verso: Sim, Velocidade de impressão em preto A4 (max. Ppm): 50, Velocidade de impressão em preto Carta (max. Ppm): 52, Tipo de consumível: Cartucho de toner e unidade de cilindro, Velocidade da CPU (MhZ): 1200, Resolução de impressão (dpi): 1200 x 1200 dpi, Velocidade de cópia em preto A4 (max. Ppm): 50, Velocidade de cópia em preto Carta (max. Ppm): 52, Capacidade de cópia: Monocromática, Resolução de cópia: 1200 x 600 dpi, Estilo de desenhos: Flatbed (vidro de exposição), Cópia frente e verso: Sim, Cópia de documentos de identidade: Sim, Redução/Ampliação: 25%-400%, Recursos avançados de digitalização: De várias páginas para uma única página, Visualização de digitalização, Separação de Documentos, Alinhamento automático do alimentador, Ignorar páginas em branco, Perfis de digitalização, Velocidades de digitalização duplex A4 (preto/cor) (max. lpm): 100, Capacidade da	27618	un.	01



IPMQ

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos
do Município de Quissamã

P.M.Q.

Processo nº _____

Rubrica _____ Fls. _____

		bandeja multifuncional (págs.): 100, Capacidade de saída de papel (págs.): 250, Capacidade padrão de entrada de papel (págs.): 520, Tela LCD: Tela touchscreen 7", Ciclo de trabalho mensal máximo: Até 160.000 páginas, Memória padrão: 2000			
		Modo de economia de toner: Sim, Voltagem CA: 127V/50/60Hz / 9,7 A, Consumo de energia - Desligado / Sono profundo / Sleep / Pronto / Impressão: 0,04 W / 0,7 W / 5,8 W / 31 W / 710 W.			
06	Impressora Multifuncional Laser Monocromática	<p>Locação de Impressora Multifuncional Laser Monocromática:</p> <p>Especificações do Produto: Tipo de Equipamento: Multifuncional Laser Mono Funções: Impressão, cópia, digitalização e fax Visor: Painel com tela de toque colorida (TSI) de 7 polegadas Tempo de Aquecimento: Até 25 segundos Memória: Padrão 1 GB (expansível até 3 GB) Processador Padrão: ARM Cortex-A9 1.200MHzPDLs/Emulações: PRESCRIBE, PCL6 (PCL-XL/PCL-5c), KPDL3 (PS3, compatível com AES, PDF Impressão Direta), XPS, OpenXPS (compatível com TIFF/JPEG Impressão Direta), IBM Proprinter, Line Print Fontes: Contorno: 93 fontes (PCL6/KPDL3), 8 fontes (Windows/ Vista); Bitmap: 1 fonte, 79 fontes de contorno/div>Interfaces: 10/100/1000 BaseTX, 1 USB 2.0 de alta velocidade, 1 USB 2.0 host de alta velocidade, 1 slot de expansão; Opcional: IB-36 LAN sem fio (alcance de aprox. 30 m e Wi-Fi Direct) e IB-50 Dual LAN NIC, registro de ID, configuração rápida, menu de manutenção, ferramenta de remoção, ferramenta de configuração de Wi-Fi, Código de barras: Unidimensional: 45; Bidimensional: PDF417Especificação de Segurança Padrão: Autenticação local, autenticação de rede, IPsec, SNMPv3, IDAP sobre SSL, IPP sobre SSL/TLS, HTTPS, FTP sobre SSL/TLS, SMTP sobre SSL/TLS, POP3 sobre SSL/TLS, WSD aprimorado sobre SSL/TLS; Opcional: Kit de Segurança de Dados (E)Ciclo Mensal de Impressão: Até 250.000 páginas FUNÇÕES DE IMPRESSÃO: Velocidade de Impressão: Carta 57 ppm, A4 55 ppm e Ofício 46 ppm (Padrão)Velocidade de Impressão (duplex): Carta 40 ppm e Ofício 23 ppm Resolução: 600 x 600 dpi, 300 x 300 dpi; 1.200 x 1.200 dpi e resolução interpolada de 1.800 x 600 dpi Tempo da Primeira Impressão: Até 4,9 segundos Impressão em Rede e Protocolos Compatíveis: TCP/IP, IPv4, IPv6, NetBEUI, FTP, LPR, Port9100, Apple Bonjour, IPP, WSD Scan/Print, DHCP, DNS, PNP USB, LDAP, SMTP, PDF Impressão Direta e PnP-X (WS-Discovery para WSD Print Service) Funções Adicionais de Impressão: Compatível com HyPAS, EcoPrint, FUNÇÕES DE CÓPIA: Tempo da Primeira Cópia: Até 6</p>	27618 un.	01	



IPMQ

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos
do Município de Quissamã

P.M.Q.

Processo nº _____

Rubrica _____ Fls. _____

segundos, Modo de imagem: Modos de texto, foto, texto e foto, mapa, texto claro/linha fina, Cópias contínuas:1-999/ Reinício automático para 1Gerenciamento de Trabalhos: Catálogo de endereços 200 registros, contabilização de trabalhos, 100 códigos de departamentos, 20 teclas de programação e 2 teclas de atalho, Ampliação/Zoom: Auto Zoom, tamanho real, 7 taxas pré-definidas de redução e 5 de ampliação, 25 - 400 em incrementos de 1%Funções Adicionais: Seleção automática de cores (ACS), zoom automático, duplex automático, digitalização contínua e pular página em branco, FUNÇÕES DE DIGITALIZAÇÃO: Tipo: Digitalização colorida e em preto e branco, Velocidade de digitalização: 300dpi 62ipm/ 42ipm e 600dpi 42ipm/ 21ipm (Simples Preto e Branco / Colorido) 300dpi 112ipm/ 68ipm e 600dpi 68ipm/ 34ipm (Duplex DSDP, Preto/Branco e Colorido)Resolução de Digitalização: 600 dpi x 600 dpi , 400 dpi x 400 dpi 300 dpi x 300 dpi, 200 dpi x 400 dpi, 200 dpi x 200 dpi e 200 dpi x 100 dpi, Funções de digitalização: USB, TWAIN, WIA, WSD, PC Send (SMB/FTP), e-mail, digitalização contínua e originais mistos, Formato dos arquivos: TIFF/PDF (MMR/JPEG), XPS, OpenXPS, PDF/A, PDF de alta compressão; Opcional: PDF pesquisável e OOXML/OOXML(OCR) Tamanho Original: Mín./Máx.: Vidro/DP: A6/A5/Meio carta/A4/Carta até ofício (14 cm x 22 cm – 22 cm x 36 cm); Banner: DP até 91 cm, PROCESSADOR DE DOCUMENTOS: Tipo/Capacidade: Processador de documentos de digitalização dupla - passagem única (DSDP) / 100 folhas, Originais Suportados: A5/Meio carta/A4/Carta até ofício (14 cm x 22 cm – 22 cm x 36 cm)Gramaturas suportadas: Simples/Duplex: 50 – 120 g/m² PAPEL: Bandeja: suporta até 500 folhas (padrão) suporta até 100 folhas (multiuso)Fontes de Papel Padrão/Máx.: 2/6 incluindo bandejas, Capacidade de Papel Padrão/Máx.: 600 folhas/2.600 folhas, Tamanho do Papel: Padrão e Bandeja Multiuso (MPT): A5 até ofício (14 cm x 22 cm – 22 cm x 36 cm), envelope, personalizado; Exclusivo para bandeja multiuso (MPT): Banner, Gramaturas: Bandejas padrão/opcional 60 – 120 g/m2 e bandeja multiuso (MPT): 60 – 220 g/m² Materiais de entrada: Bandeja Padrão/Opcional: Papel comum, papel Bond, papel reciclado; Bandeja Multiuso/Bandeja Multiuso (MPT): Papel comum, papel Bond, etiquetas, papel reciclado, papel timbrado, envelopes, papel transparente, papel de baixa densidade, papel de baixa/alta densidade, papel revestido e banner, CONSUMÍVEIS: Toner TK3182 Preto com rendimento aproximado de 21.000 páginas A4, de acordo com a norma ISO/IEC 19752MK3302, Kit manutenção para até 500.000 páginas, SUPRIMENTOS E ACESSÓRIOS AVULSOS: PF-3110: Cassete de alimentação de papel (500 folhas x 4)Tamanho do papel: A5 até ofício (14



		cm x 22 cm – 22 cm x 36 cm), envelope, personalizado, Dimensões/Peso: 38 cm (L) x 41 cm (P) x 12 cm (A)/4 kg MS-5100 B: Grampeador manual, Bandeja de papel: PT-320 (250 folhas face para cima).			
--	--	--	--	--	--

2.2.4. O quantitativo pleiteado acima foi determinado com base nas necessidades operacionais específicas de cada setor do IPMQ, com projeção para atender a nova sede do Instituto.

2.3. Instalação, suporte e manutenção.

a) Fazem parte da prestação de serviços todas as instalações, configurações, necessárias para o perfeito funcionamento do objeto proposto.

b) A licitante contratada deverá:

1. Efetuar a instalação e ativação de toda a solução proposta.

2. Configuração dos aplicativos.

c) O período de disponibilidade para os serviços nos setores deverá abranger o horário comercial de segunda a sexta-feira (das 08:00 às 17:00 horas). Excepcionalmente, mediante solicitação prévia, poderão ser realizadas atividades após o horário estipulado.

d) Durante a vigência do contrato, o suporte e a manutenção de hardware locado será de responsabilidade da Contratada, cobrindo-se qualquer quebra que possa ocorrer, não se podendo ultrapassar dentro do horário comercial, o limite de 4 (quatro) horas para atendimento e 12 (doze) horas para o reparo do problema, a partir da abertura do chamado. Deve ser considerado como horário comercial o período das 8 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

e) Em caso de identificação de problemas generalizados de hardware, tais como defeitos de fabricação e incompatibilidade de “drivers”, a Contratada deverá providenciar a correção do problema em até 3 (três) dias úteis a partir da data do registro da ocorrência, ou substituição de todos os equipamentos relacionados ao problema em até 5 (cinco) dias úteis a partir da data do registro da ocorrência.

f) Caso algum equipamento apresente reincidência de problemas, ou seja, três vezes o mesmo defeito, a Contratante poderá exigir sua substituição, que deverá ocorrer em até 3 (três) dias úteis a partir da data do registro da segunda ocorrência. O período para caracterização de reincidência de problema é de até 2 (dois) meses a partir da primeira manutenção.

g) Os equipamentos constantes no item 1 e 2 deverão vir acompanhados de 01 (um) cabo de rede de no mínimo 1 (um) metro, com trava do padrão kensington para o conjunto (monitor e gabinete).

h) Todos os equipamentos serão entregues com a Imagem personalizada da Licitante replicada em fábrica e logotipo do IPMQ na BIOS.

i) Multifuncional colorida (item 04) deverá ter a franquias de: 04(quatro) quantidades de impressões mês – 2.000.

j) Multifuncional laser (item 05) deverá ter a franquias de: 01 (um) quantidade de impressões mês – 4.000.

k) multifuncional laser (item 06) deverá ter a franquias de: 01 (um) quantidade de impressões mês – 4000.

l) Quantidade de franquias mensal utilizada no item 4, não pode ultrapassar o total de 8.000 impressões, podendo haver compensação entre as impressoras que compõem este item.

m) não é permitido impressão além das quantidades previstas nos itens 04, 05 e 06, nos termos da descrição das alíneas i, j, k e l acima.

2.4. Central de atendimento:

a) A contratada deverá disponibilizar uma central de atendimento de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados, no período de 08h00min até 17h00min.

b) A central de atendimento será responsável pela abertura de chamados de solicitações e suporte técnico.

c) Deverão estar disponíveis as seguintes formas de abertura de chamado: Telefone local ou gratuito (0800 ou similar), ou página de Internet, ou e-mail.

d) Para cada atendimento deverá ser fornecido um número de protocolo para acompanhamento do chamado.

e) A central de atendimento será responsável pelo acionamento de técnicos de campo para solução de problemas técnicos, quando necessário.

f) A central de atendimento também será utilizada para a formalização de devoluções de equipamentos, a partir de quando o pagamento da locação será interrompido, independentemente da efetivação da retirada pelo fornecedor.

2.5. Segurança da informação:

- a) A contratada deve zelar pela confidencialidade das informações que foram armazenadas nos computadores durante o período de uso pela contratante.
- b) Após a retirada dos computadores ou dos discos rígidos, a contratada deve executar procedimentos de limpeza em disco rígido que garantam a incapacidade de recuperação dos dados por terceiros. Tal processo deve sobrescrever totalmente a superfície do disco rígido, de forma a se evitar a recuperação dos dados por software específico, mesmo após procedimento de formatação do disco rígido.
- c) Deverá ser enviado relatório comprobatório da execução deste procedimento para a contratante em até 7 (sete) dias úteis da devolução dos equipamentos.

2.6. DASHBOARD gerencial

- a) A Contratada deverá fornecer após a implantação para acompanhamento do contrato em ferramenta web os seguintes indicadores de desempenho por dispositivo, tipo de dispositivo, setor, localidade e a visão por todo contrato:

- 1 – MTBF (tempo médio entre falhas): relação entre o tempo de disponibilidade e o número total de falhas dos dispositivos dentro de um período.
- 2 – MTTR (Tempo Médio Entre Reparos): relação entre o tempo entre a abertura e o fechamento de um chamado técnico número total de falhas detectadas dentro de um período.
- 3 – DISP (disponibilidade): relação entre o número de horas úteis com o somatório do tempo de manutenção e horas de espera para cada ativo observado e o número total de horas do período considerado.
- 4 - PCA (Percentual de chamados ativos): Percentual de chamados ativos em relação ao total do parque.
- 5 - Quantidades de ativos sem comunicação por mais de 72 horas.
- 6 - Quantidade de ativos ligados e desligados.
- 7 - TRR (Tempo de resposta médio de chamados): tempo entre o chamado técnico e a chegada do técnico até o equipamento.

2.7. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento:

- 2.7.1. Houve a formalização do PCA 2024 no decorrer de 2023, no qual consta a previsão da presente contratação.

2.8. Do Enquadramento Legal:

- 2.8.1. O presente processo de contratação de locação será disciplinado pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pelos Decretos Municipais, que regulamentam e referida Lei em âmbito municipal.

2.9. Da Metodologia De Cálculo Das Quantidades:

2.9.1. Os quantitativos constantes no item 4.2 do ETP se basearam no histórico de equipamentos existentes na sede locada, bem como na construção da sede própria do IPMQ.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Solução considerada mais viável: A partir do levantamento de mercado e das possíveis soluções identificadas; entende-se que a locação dos equipamentos em tela seria a melhor solução para a situação já possui os espaços físicos, os equipamentos em bom estado de funcionamento para confecção e as equipes já designadas e experientes para confeccionar e servir o café pronto e, tendo em vista que as demais soluções, para serem colocadas em prática, exigiriam a desmobilização dessa infraestrutura, tornando equipamentos bons em itens inservíveis ocasionando dano ao erário, entende-se que a solução de mercado mais viável e simples neste momento é a aquisição dos insumos necessários à confecção da bebida em tela.

3.2. Tipo de Solução: Trata-se de uma solução simples, pois apenas requer contratação de serviços.

3.3. Enquadramento legal: O presente processo de aquisição/contratação será disciplinado pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pelos Decretos Municipais, que regulamentam e referida Lei em âmbito municipal.

3.4. Modelagem da Contratação: Considerando a natureza do objeto, o valor total estimado e as vantagens para a Administração Municipal, recomenda-se:

a) Modalidade: Pregão Eletrônico;

b) Critério de Julgamento: Menor valor por item (mensal);

c) Tipo de empenho: Global;

d) Da Vigência: A vigência do instrumento contratual é de **12 (doze) meses**, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, na forma dos artigos 106 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovado o preço vantajoso e mantido o equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decretos Municipais nº 3845/2024 e 3846/2024.

3.5. Da Garantia, manutenção e assistência técnica:

3.5.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), bem como demais normativos que disciplinam o objeto.

3.6. Da Subcontratação:

3.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

3.7. Da Alteração Subjetiva:

3.7.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da EMPRESA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do instrumento contratual; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL à continuidade do contrato.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Considerando a necessidade descrita neste documento e objetivando o estabelecimento de parâmetros mínimos que garantam o satisfatório atendimento da necessidade descrita, segue a descrição dos parâmetros mínimos que deverão ser respeitados pela solução a ser adquirida/contratada pelo IPMQ.

4.2. Da Garantia da Contratação:

4.2.1. Dado a natureza simples do objeto e da solução, entende-se não ser exigível um seguro-garantia.

5. MODELO DE EXECUÇÃO

5.1. Local de entrega do objeto: Rua Barão de Vila Franca, 413 – Centro – Quissamã/RJ.

5.2. A entrega deverá ser feita no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de apresentação da nota de empenho, de segunda a quinta-feira das 08:00 h às 11h00h e das 13h30min às 16:00 h, e sexta-feira de 08:00 h às 11h00h, contatos: (22) 2768-1418 e E-mail: administrativo@previdenciaquissama.rj.gov.br”

a) O IPMQ não aceitará itens fora das **especificações mínimas** estabelecidas neste Instrumento.

5.3. A execução do objeto não poderá ser realizada de forma fracionada.

5.4. O recebimento do objeto não implica a sua aceitação definitiva, uma vez que dependerá da análise do gestor/fiscal, que deverão verificar o atendimento a todas as especificações, contidas neste Termo de Referência e no Edital.

a) O recebimento provisório dar-se-á em até 02 (dois) dias úteis após a realização da entrega do objeto por parte da empresa, mediante Termo de Recebimento Provisório emitido pelo fiscal técnico.

b) O recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias, mediante Termo de Recebimento Definitivo emitido pelo Gestor do Contrato ou instrumento equivalente

5.5. Constatadas inconformidades na execução do objeto, a administração pública, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

a) Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações, determinando sua substituição;

b) Determinar sua correção e/ou complementação se houver diferença de qualidade, quantidades ou de partes.

5.6. As inconformidades deverão ser sanadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento pela empresa da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente ofertado.

5.7. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor, relativas ao recebimento, deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes ao IPMQ.

5.8. A EMPRESA deve utilizar, na entrega do objeto, pessoal habilitado e com conhecimentos adequados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

5.9. A EMPRESA deve manter seu pessoal orientado com relação ao funcionamento das instalações do IPMQ

5.10. A EMPRESA deve recomendar ao seu pessoal, quando em atividade, que se abstenham de qualquer outra atividade não correlata.

5.11. A EMPRESA não deve utilizar, na entrega, trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

5.12. A EMPRESA deve cumprir todas as obrigações legais e contratuais com seus prepostos, já que os mesmos não terão nenhum vínculo com a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

5.13. A EMPRESA responderá civil, criminal e administrativamente, por danos pessoais ou patrimoniais decorrentes de sua culpa ou dolo na entrega do objeto ou ainda, por negligência, imprudência ou imperícia de seus prepostos.

5.14. A Empresa é responsável por assumir os riscos a ela atribuídos na Matriz de Alocação de Riscos – MAR, bem como todas as ações preventiva e contingenciais necessárias ao pleno cumprimento do objeto.

5.15. A EMPRESA é responsável pelas despesas com materiais, remunerações e vantagens e indenizações decorrentes de obrigações legais, contratuais ou oriundas de acidentes que venham a ser vítimas seus prepostos.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

6.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1.1. O contrato ou instrumento equivalente, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 e Decretos Municipais que a regulamentam, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.2. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA

6.2.1. São obrigações da EMPRESA, além das obrigações a ela inerentes previstas no edital:

- a)** Executar o objeto conforme especificações deste neste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das obrigações, assumindo exclusivamente seus riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, o fornecimento de insumos e peças (inclusive aqueles entendidos como Kit de manutenção, fusores, rolos, tóner, cilindros, reveladores e outros) e as eventuais substituições de peças e acessórios deverão ser novos, originais, similares ou compatíveis, não sendo admitidos, em hipótese alguma, produtos remanufaturados, reenvasados e /ou recondicionados;
- b)** É de responsabilidade da contratada, os serviços de reposição dos componentes de manutenção operacional preventiva (fusores, tintas, reveladores, cilindros e peças que tenham necessidade de substituição pelo desgaste de uso) serão executados por profissionais qualificados, devendo respeitar os prazos de atendimento ao IPMQ;
- c)** Cumprir todas as obrigações comerciais, regulamentares e legais inerentes à execução do objeto, em âmbito municipal, estadual, federal e dos órgãos de classe e de regulamentação da atividade.
- d)** Comunicar ao IPMQ, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou que se verifique no cumprimento do objeto, inclusive os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- e)** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo IPMQ ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso aos documentos relativos à execução do objeto.

- f)** Manter durante toda a vigência do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;
- g)** Indicar preposto para representá-la durante a execução do instrumento contratual.
- h)** Arcar com eventuais prejuízos causados ao IPMQ e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução da proposta.
- i)** Arcar com o ônus das multas e penalidades decorrentes do não cumprimento de obrigações legais, regulamentares e contratuais.
- k)** No caso das obrigações serem cumpridas por filial, apresentar os documentos que comprovem a sua regularidade fiscal, mantendo esta condição durante toda execução do objeto.

6.3. DAS OBRIGAÇÕES DO IPMQ

6.3.1. São obrigações do IPMQ, além das obrigações a ela inerentes previstas no edital:

- a)** Fiscalizar o cumprimento de todas as obrigações assumidas, conforme os termos do edital e da proposta comercial.
- b)** Indicar, formalmente, o gestor e fiscais para acompanhamento da execução objeto.
- c)** Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto.
- d)** Notificar a EMPRESA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- e)** Efetuar o pagamento à EMPRESA no valor proporcional ao cumprimento do objeto, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- f)** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da EMPRESA, no que couber.

g) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

h) Abster-se assumir quaisquer compromissos assumidos pela EMPRESA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da EMPRESA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

i) O fornecimento de papel é de responsabilidade do IPMQ;

6.4. DA GESTÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

6.4.1. A gestão do contrato ou instrumento equivalente consiste das atividades de gerenciamento, coordenação, acompanhamento, prevenção de riscos, contingenciamento de riscos, conclusão e demais atividades técnicas e operacionais que compõem a celebração do contrato, a execução do seu objeto e a gestão durante sua vigência, devendo zelar pelo cumprimento das cláusulas contratuais, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 3846/2024.

6.4.2. Do Gestor

6.4.2.1. Ao gestor do contrato, ou instrumento equivalente, caberá a execução das atividades de gestão, em especialmente:

a) Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

b) Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

c) Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

- d)** Emitir o Termo de Aceite Definitivo, documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- e)** Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- f)** Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- g)** Enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- h)** Praticar as demais atribuições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decretos Municipais que regulamentam a matéria.

6.5. DA FISCALIZAÇÃO

6.5.1. A fiscalização do contrato ou instrumento equivalente consiste das atividades de controle, acompanhamento, prevenção de riscos, monitoramento do cumprimento das obrigações estabelecidas em contrato, com o fim de assegurar a execução do objeto contratado e o respeito às normas vigentes.

6.5.2. A execução do contrato, ou instrumento equivalente, deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais: técnicos, Administrativos e setoriais, ou pelos respectivos substitutos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 3846/2024.

6.5.2.1. Da Fiscalização Técnica

a) Ao fiscal técnico caberá o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a conformidade das especificações técnicas do objeto durante a execução do objeto, prestando apoio técnico ao gestor e aos demais fiscais e atestar, em conjunto com o fiscal setorial, o Termo de Aceite Definitivo, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 3846/2024.



7. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Recebimento

7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, acompanhados da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal/Fatura incluindo-se seu detalhamento, deverá conter todas as informações necessárias à conferência dos serviços prestados, correrá o prazo de 20 (vinte) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, por analogia, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

a) O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;*
- b) A data da emissão;*
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;*
- d) O período respectivo de execução do contrato;*
- e) O valor a pagar;*
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.*

7.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.5. O IPMQ deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados do cumprimento do objeto, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

a) Considera-se cumprido o objeto no momento em que o IPMQ atestar a sua execução através do Termo de Recebimento Definitivo – TRD.

7.4. Forma de Pagamento

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente, indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

a) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.5. Antecipação de pagamento

7.5.1. É vedada a antecipação de pagamento na presente contratação.

7.6. Cessão de crédito

7.6.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, por analogia, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

a) As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.6.2. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.6.3. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.6.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.6.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO para Registro de Preços, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do seguinte critério de julgamento:

a) Menor Valor por Item.

8.1.2. Em atendimento ao artigo 48, inciso I da Lei Complementar nº 123 de 2006, a licitação se destinará a participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequena Porte.

8.2. Qualificação Técnica

a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

a.1) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as mesmas características

a.2) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.



a.3) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

a.4) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Valor Estimado: O valor total estimado para os 12 (doze) meses é de R\$ 77.676,00 (setenta e sete mil e seiscentos e setenta e seis reais), conforme o cronograma de desembolso.

Nº	PARCELA	PRAZO	Valor Mensal	Valor Total
1	01ª	30 dias após início dos serviços	R\$ 6.473,00	R\$ 6.473,00
2	02ª	60 dias após início dos serviços	R\$ 6.473,00	R\$ 12.946,00
3	03ª	90 dias após início dos serviços	R\$ 6.473,00	R\$ 19.419,00
4	04ª	120 dias após início dos serviços	R\$ 6.473,00	R\$ 25.892,00
5	05ª	150 dias após início dos serviços	R\$ 6.473,00	R\$ 32.365,00
6	06ª	180 dias após início dos serviços	R\$ 6.473,00	R\$ 38.838,00
7	07ª	210 dias após início dos serviços	R\$ 6.473,00	R\$ 45.311,00
8	08ª	240 dias após início dos serviços	R\$ 6.473,00	R\$ 51.784,00
9	09ª	270 dias após início dos serviços	R\$ 6.473,00	R\$ 58.257,00
10	10ª	300 dias após início dos serviços	R\$ 6.473,00	R\$ 64.730,00
11	11ª	330 dias após início dos serviços	R\$ 6.473,00	R\$ 71.203,00
12	12ª	360 dias após início dos serviços	R\$ 6.473,00	R\$ 77.676,00
TOTAL (01 ANO)			100	R\$ 77.676,00

9.2. CRONOGRAMA ESTIMADO DE DESEMBOLSO:

9.3. Composição dos custos estimados mensal e anual:

Nº	DESCRIÇÃO	UN.	QTD.	R\$ UNIT. MENSAL	R\$ TOTAL MENSAL
01	Computador novo desktop gabinete SFF (Small Form	un.	08	R\$ 241,00	R\$1.928,00



	Factor).				
02	Computador novo desktop gabinete SFF (Small Form Factor).	un.	04	R\$292,50	R\$ 1.1700,00
03	Locação de Notebook	un.	04	R\$ 260,00	R\$ 1.040,00
04	Impressora Multifuncional Colorida 3 em 1.	un.	04	R\$ 270,00	R\$ 1.080,00
05	Impressora Multifuncional Laser Monocromática	un.	01	R\$ 590,00	R\$ 590,00
06	Impressora Multifuncional Laser Monocromática	un.	01	R\$665,00	R\$ 665,00
Valor Total (mensal)					6.473,00
Valor Total (anual)					77.676,00

9.4. Registra-se por oportuno que tentou-se obter cotação em fonte oficial (Banco de Preços) entretanto, os itens não foram localizados, conforme documentação devidamente acostada. Assim, os valores unitários foram obtidos exclusivamente através de cotação com empresas fornecedoras utilizando-se como critério objetivo de precificação o valor da mediana das propostas obtidas conforme mapa comparativo em anexo. O critério de busca obedece ao inciso I, §2º, Art. 71 do Decreto Municipal nº 3841/2024.

9.5. O custo estimado da presente contratação não possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas, sendo considerado o valor total mensal por item.

9.6. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A despesa decorrente deste processo licitatório, conforme designação, correrá à conta de recursos do IPMQ, conforme detalhado a seguir:

Dotação Orçamentária: 09.122.0127.2338

Despesa: 3.3.90.40 **Ficha:** 4008 **Fonte:** 1800



10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

DOS GESTORES E FISCAIS

São responsáveis pelas atividades de gestão e fiscalização do contrato, ou instrumento equivalente, nos termos do Presente Termo de Referência:

FUNÇÃO	NOME	MATR.	CPF
Gestor	Angellica Souza Fernandes Rodrigues	40	118.327.277-42
Fiscal Técnico	Rodrigo Siqueira Rodrigues	2222	086.526.957-25

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ - IPMQ
EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2024
ANEXO I/I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

SEÇÃO I – DAS INFORMAÇÕES

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Processo nº: 162/2024

1.2. Unidade Federativa: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Quissamã – IPMQ

1.2.1. Órgão Requisitante: Discriminado no Item 3 deste Instrumento.

1.3. Introdução: Trata-se de Estudo Técnico Preliminar para avaliação da solução mais viável ao atendimento da necessidade abaixo definida.

SEÇÃO II – DA NECESSIDADE

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. Definição: Trata-se da necessidade contínua de equipamentos de informática para que as atividades diárias sejam realizadas pelos profissionais que atuam junto ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Quissamã – IPMQ

2.2. Justificativa:

1 Considerando-se que sem os equipamentos eletrônicos tais como computadores, impressoras, notebook o trabalho do IPMQ não pode ser realizado;

b) Considerando-se que os equipamentos eletrônicos no mundo moderno são indispensáveis para um bom desempenho do trabalho;

c) Considerando-se que os equipamentos de informática mencionados no 4.2 são locados, e que o contrato está na iminência de expirar, bem como há a necessidade de aumentar a quantidade para atendimento das demandas necessárias ao bom funcionamento dos trabalhos;



d) Fazem-se necessárias as providências para busca no mercado de solução para disponibilização dos equipamentos eletrônicos para atender as demandas do IPMQ.

3. ÁREA REQUISITANTE

Nº	ÓRGÃO	CNPJ	FUNÇÃO
01	Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Quissamã	35.306.913/0001-99	Gerenciador

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA SOLUÇÃO

4.1. Considerando a necessidade descrita neste documento e objetivando o estabelecimento de parâmetros mínimos que garantam o satisfatório atendimento da necessidade descrita, segue a descrição dos parâmetros mínimos que deverão ser respeitados pela solução a ser adquirida/contratada pela Autarquia Municipal.

4.2. Especificidades

TABELA 01 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Nº	ITEM	REQUISITOS MÍNIMOS	CATSER	UN	QTD.
01	Computador novo desktop gabinete SFF (Small Form Factor)	Locação de computador novo desktop gabinete SFF (Small Form Factor) com no mínimo: Processador de 4 núcleos e 8 threads, frequência de 3.4hz, frequência turbo de 4.5Ghz, 12MB smart cache; Placa mãe Chipset Intel® B660 Armazenamento de 256 GB SSD M.2 2280 PCIe Gen4 TLC Opal; Memória 8 GB DDR4-3200MHz (UDIMM) Placa gráfica Intel® UHD integrada 730 Áudio de alta definição (HD), codec Realtek® ALC623-CG Fonte de energia 180 W 85% Ethernet Integrado 100/1000M Slots de expansão: 1x PCIe® 4.0 x16, 1x PCIe® 3.0 x1, baixo perfil, 2x slots M.2 Portas frontais: 1x USB-C® 3.2 Gen 1, 2x USB 3.2 Geração 1, 1x conector combinado para fone de ouvido/microfone (3,5 mm), 1x microfone (3,5 mm) Portas traseiras: 2x USB 2.0, 2x USB 3.2 Gen 1 (um suporta Smart Power On), 1x HDMI® 2.1 TMDS, 1x DisplayPort™ 1.4, 1x VGA, 1x Ethernet (RJ-45), 1x saída de linha (3,5 mm) Chip de segurança TPM 2.0 discreto, certificado TCG, Interruptor de intrusão de chassi Certificações Verdes: ErP Lote 3, Compatível com RoHS, Certificado TCO Sistema operacional: licença Windows® 11 Pro, Português (Brasil)	27570	un.	08



IPMQ

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos
do Município de Quissamã

P.M.Q.

Processo nº _____

Rubrica _____ Fls. _____

		Teclado USB Tradicional, Preto, Português (BR) e Mouse USB Calliope, Preto ambos de mesmo fabricante do desktop. Nobreak com potência mínima de 600va/300w; Tensão de entrada: 115v-127v, tensão de saída: 115v; 4 saídas padrão brasileiro de plugues e tomadas; Bateria 12v7ah. 01 Monitor com tamanho de painel mínimo de 19,5", formato widescreen, proporção 16:9, iluminação LCD ou LED, conectores: 1 x vga, 1 x HDMI, padrão VESA 75x75, tempo de resposta 2ms.			
02	Computador novo desktop gabinete SFF (Small Form Factor)	Locação de computador novo desktop gabinete SFF (Small Form Factor) com no mínimo: Processador de 4 núcleos e 8 threads, frequência de 3.4hz, frequência turbo de 4.5Ghz, 12MB smart cache; Placa mãe Chipset Intel® B660 Armazenamento de 256 GB SSD M.2 2280 PCIe Gen4 TLC Opal; Memória 8 GB DDR4-3200MHz (UDIMM); Placa gráfica Intel® UHD integrada 730 Áudio de alta definição (HD), codec Realtek® ALC623-CG Fonte de energia 180 W 85% Ethernet Integrado 100/1000M Slots de expansão: 1x PCIe® 4.0 x16, 1x PCIe® 3.0 x1, baixo perfil, 2x slots M.2 Portas frontais: 1x USB-C® 3.2 Gen 1, 2x USB 3.2 Geração 1, 1x conector combinado para fone de ouvido/microfone (3,5 mm), 1x microfone (3,5 mm) Portas traseiras: 2x USB 2.0, 2x USB 3.2 Gen 1 (um suporta Smart Power On), 1x HDMI® 2.1 TMDS, 1x DisplayPort™ 1.4, 1x VGA, 1x Ethernet (RJ-45), 1x saída de linha (3,5 mm) Chip de segurança TPM 2.0 discreto, certificado TCG, Interruptor de intrusão de chassi Certificações Verdes: ErP Lote 3, Compatível com RoHS, Certificado TCO Sistema operacional: licença Windows® 11 Pro, Português (Brasil) Teclado USB Tradicional, Preto, Português (BR) e Mouse USB Calliope, Preto ambos de mesmo fabricante do desktop. Nobreak com potência mínima de 600va/300w; Tensão de entrada: 115v-127v, tensão de saída: 115v; 4 saídas padrão brasileiro de plugues e tomadas; Bateria 12v7ah. 2 Monitores com ajuste de altura e rotação, tamanho de painel mínimo de 21,5" Full HD 1920x1080, brilho 250cd/m², anti-reflexo, iluminação LED, conectores: 1 x vga, 1 x HDMI, tempo de resposta de 4ms.	27570	un.	04
03	Notebook	Locação Notebook: Processador (10-core, cache de 12MB, até 4.60GHz)), com placa de vídeo integrada, 16GB DDR4 (2x8GB) 2666MT/s; Expansível até 16GB (2 slots soDIMM), SSD	27405	un.	04



IPMQ

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos
do Município de Quissamã

P.M.Q.

Processo nº _____

Rubrica _____ Fls. _____

		<p>de 512GB PCIe NVMe M.2, Tela Full HD de 15.6" (1920 x 1080), 120 Hz, WVA, Wireless 802.11ax 2x2 Wi-Fi 6, placa de rede wireless com Bluetooth®, Windows 11 Pro, Webcam widescreen HD (720p) integrada com microfone digital, Alto-falantes estéreo, 2 W x 2 = 4 W no total, Bateria de 3 células e 41Wh (integrada), Adaptador CA 65 Watts (Bivolt).</p> <p>Portas e Slots:</p> <p>1 Porta HDMI 1.4</p> <p>1 porta USB 3.2 Type-A de 1ª geração</p> <p>1 porta USB 3.2 Type-C de 1ª geração (apenas dados)</p> <p>1 porta USB 2.0 Type A</p> <p>1 Conector de headset</p> <p>1 Tomada de energia</p> <p>1 slot de cartão SD</p> <p>1 slot M.2 2230/2280 para unidade de estado sólido (SSD)</p>			
04	Impressora Multifuncional colorida 3 em 1	<p>Locação de Impressora Multifuncional colorida 3 em 1:</p> <p>Imprime, copia e digitaliza / Wi-Fi Direct e Ethernet incluso suporte e tinta; ADF de 30 folhas simplex; impressão frente e verso automático; Impressão e cópia fácil - Com visor LCD colorido de 2.4"; Digitalização de alta qualidade - Scanner de de 1200 x 2400 dpi com ampliação de fotos e documentos; Imprime em até 33 ppm em preto e 20 ppm em cores; Versátil - Capacidade de 150 folhas com bandeja frontal; Impressão de fotos sem bordas até A4/Carta.</p>	27618	un	04
05	Impressora Multifuncional Laser Monocromática	<p>Locação de Impressora Multifuncional Laser Monocromática:</p> <p>Digitalização duplex em passagem única, Gigabit Ethernet, Wireless (2.4 e 5Ghz), Wi-fi Direct e USB 2.0 de alta velocidade, Tela touch screen colorido de 7", Padrão de impressão frente e verso: Sim, Velocidade de impressão em preto A4 (max. Ppm): 50, Velocidade de impressão em preto Carta (max. Ppm): 52, Tipo de consumível: Cartucho de toner e unidade de cilindro, Velocidade da CPU (MhZ): 1200, Resolução de impressão (dpi): 1200 x 1200 dpi, Velocidade de cópia em preto A4 (max. Ppm): 50, Velocidade de cópia em preto Carta (max. Ppm): 52, Capacidade de cópia: Monocromática, Resolução de cópia: 1200 x 600 dpi, Estilo de desenhos: Flatbed (vidro de exposição), Cópia frente e verso: Sim, Cópia de documentos de identidade: Sim, Redução/Ampliação: 25%-400%, Recursos avançados de digitalização: De várias páginas para uma única página, Visualização de digitalização, Separação de Documentos, Alinhamento automático do alimentador, Ignorar páginas em branco, Perfis de digitalização,</p>	27618	un.	01



IPMQ

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos
do Município de Quissamã

P.M.Q.

Processo nº _____

Rubrica _____ Fls. _____

		Velocidades de digitalização duplex A4 (preto/cor) (max. lpm): 100, Capacidade da bandeja multifuncional (págs.): 100, Capacidade de saída de papel (págs.): 250, Capacidade padrão de entrada de papel (págs.): 520, Tela LCD: Tela touchscreen 7", Ciclo de trabalho mensal máximo: Até 160.000 páginas, Memória padrão: 2000 Modo de economia de toner: Sim, Voltagem CA: 127V/50/60Hz / 9,7 A, Consumo de energia - Desligado / Sono profundo / Sleep / Pronto / Impressão: 0,04 W / 0,7 W / 5,8 W / 31 W / 710 W.			
06	Impressora Multifuncional Laser Monocromática	Locação de Impressora Multifuncional Laser Monocromática: Especificações do Produto: Tipo de Equipamento: Multifuncional Laser Mono Funções: Impressão, cópia, digitalização e fax Visor: Painel com tela de toque colorida (TSI) de 7 polegadas Tempo de Aquecimento: Até 25 segundos Memória: Padrão 1 GB (expansível até 3 GB) Processador Padrão: ARM Cortex-A9 1.200MHzPDLs/Emulações: PRESCRIBE, PCL6 (PCL-XL/PCL-5c), KPDL3 (PS3, compatível com AES, PDF Impressão Direta), XPS, OpenXPS (compatível com TIFF/JPEG Impressão Direta), IBM Proprinter, Line Print Fontes: Contorno: 93 fontes (PCL6/KPDL3), 8 fontes (Windows/ Vista); Bitmap: 1 fonte, 79 fontes de contorno/div>Interfaces: 10/100/1000 BaseTX, 1 USB 2.0 de alta velocidade, 1 USB 2.0 host de alta velocidade, 1 slot de expansão; Opcional: IB-36 LAN sem fio (alcance de aprox. 30 m e Wi Fi Direct) e IB-50 Dual LAN NIC, registro de ID, configuração rápida, menu de manutenção, ferramenta de remoção, ferramenta de configuração de Wi-Fi, Código de barras: Unidimensional: 45; Bidimensional: PDF417Especificação de Segurança Padrão: Autenticação local, autenticação de rede, IPsec, SNMPv3, IDAP sobre SSL, IPP sobre SSL/TLS, HTTPS, FTP sobre SSL/TLS, SMTP sobre SSL/TLS, POP3 sobre SSL/TLS, WSD aprimorado sobre SSL/TLS; Opcional: Kit de Segurança de Dados (E)Ciclo Mensal de Impressão: Até 250.000 páginas FUNÇÕES DE IMPRESSÃO: Velocidade de Impressão: Carta 57 ppm, A4 55 ppm e Ofício 46 ppm (Padrão)Velocidade de Impressão (duplex): Carta 40 ppm e Ofício 23 ppm Resolução: 600 x 600 dpi, 300 x 300 dpi; 1.200 x 1.200 dpi e resolução interpolada de 1.800 x 600 dpi Tempo da Primeira Impressão: Até 4,9 segundos Impressão em Rede e Protocolos Compatíveis: TCP/IP, IPv4, IPv6, NetBEUI, FTP, LPR, Port9100, Apple Bonjour, IPP, WSD Scan/Print, DHCP, DNS, PNP USB, LDAP, SMTP, PDF Impressão Direta e PnP-X (WS-Discovery para WSD Print Service) Funções Adicionais de Impressão: Compatível com HyPAS, EcoPrint, FUNÇÕES DE CÓPIA: Tempo da Primeira Cópia: Até 6 segundos, Modo de imagem: Modos de texto, foto, texto e foto, mapa, texto claro/linha fina, Cópias contínuas:1-999/ Reinício automático para 1Gerenciamento de Trabalhos: Catálogo de endereços 200 registros, contabilização de trabalhos,	27618	un.	01



IPMQ

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos
do Município de Quissamã

P.M.Q.

Processo nº _____

Rubrica _____ Fls. _____

100 códigos de departamentos, 20 teclas de programação e 2 teclas de atalho, Ampliação/Zoom: Auto Zoom, tamanho real, 7 taxas pré-definidas de redução e 5 de ampliação, 25 - 400 em incrementos de 1% Funções Adicionais: Seleção automática de cores (ACS), zoom automático, duplex automático, digitalização contínua e pular página em branco, FUNÇÕES DE DIGITALIZAÇÃO: Tipo: Digitalização colorida e em preto e branco, Velocidade de digitalização: 300dpi 62ipm/ 42ipm e 600dpi 42ipm/ 21ipm (Simples Preto e Branco / Colorido) 300dpi 112ipm/ 68ipm e 600dpi 68ipm/ 34ipm (Duplex DSDP, Preto/Branco e Colorido) Resolução de Digitalização: 600 dpi x 600 dpi , 400 dpi x 400 dpi 300 dpi x 300 dpi, 200 dpi x 400 dpi, 200 dpi x 200 dpi e 200 dpi x 100 dpi, Funções de digitalização: USB, TWAIN, WIA, WSD, PC Send (SMB/FTP), e-mail, digitalização contínua e originais mistos, Formato dos arquivos: TIFF/PDF (MMR/JPEG), XPS, OpenXPS, PDF/A, PDF de alta compressão; Opcional: PDF pesquisável e OOXML/OOXML(OCR) Tamanho Original: Mín./Máx.: Vidro/DP: A6/A5/Meio carta/A4/Carta até ofício (14 cm x 22 cm – 22 cm x 36 cm); Banner: DP até 91 cm, PROCESSADOR DE DOCUMENTOS: Tipo/Capacidade: Processador de documentos de digitalização dupla - passagem única (DSDP) / 100 folhas, Originais Suportados: A5/Meio carta/A4/Carta até ofício (14 cm x 22 cm – 22 cm x 36 cm) Gramaturas suportadas: Simples/Duplex: 50 – 120 g/m² PAPEL: Bandeja: suporta até 500 folhas (padrão) suporta até 100 folhas (multiuso) Fontes de Papel Padrão/Máx.: 2/6 incluindo bandejas, Capacidade de Papel Padrão/Máx.: 600 folhas/2.600 folhas, Tamanho do Papel: Padrão e Bandeja Multiuso (MPT): A5 até ofício (14 cm x 22 cm – 22 cm x 36 cm), envelope, personalizado; Exclusivo para bandeja multiuso (MPT): Banner, Gramaturas: Bandejas padrão/opcional 60 – 120 g/m² e bandeja multiuso (MPT): 60 – 220 g/m² Materiais de entrada: Bandeja Padrão/Opcional: Papel comum, papel Bond, papel reciclado; Bandeja Multiuso/Bandeja Multiuso (MPT): Papel comum, papel Bond, etiquetas, papel reciclado, papel timbrado, envelopes, papel transparente, papel de baixa densidade, papel de baixa/alta densidade, papel revestido e banner, CONSUMÍVEIS: Toner TK3182 Preto com rendimento aproximado de 21.000 páginas A4, de acordo com a norma ISO/IEC 19752MK3302, Kit manutenção para até 500.000 páginas, SUPRIMENTOS E ACESSÓRIOS AVULSOS: PF-3110: Cassete de alimentação de papel (500 folhas x 4) Tamanho do papel: A5 até ofício (14 cm x 22 cm – 22 cm x 36 cm), envelope, personalizado, Dimensões/Peso: 38 cm (L) x 41 cm (P) x 12 cm (A)/4 kg MS-5100 B: Grampeador manual, Bandeja de papel: PT-320 (250 folhas face para cima).



SEÇÃO III – SOLUÇÃO

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. A partir da necessidade descrita, vislumbra-se que no mercado que é possível encontrar algumas soluções, a saber:

5.1.1. Compra dos referidos equipamentos;

5.1.2. Contração de empresa para locação dos equipamentos.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Solução considerada mais viável: A partir do levantamento de mercado e das possíveis soluções identificadas; considerando que o IPMQ não possui o software e tão pouco um profissional que possa desenvolvê-lo no quadro de funcional do IPMQ, a contratação do referido serviço seria mais viável devido ao alto custo de manutenção.

6.2. Tipo de Solução: Trata-se de uma solução relativamente simples, pois requer a contratação de empresa que forneça o serviço do item 4.2.

6.3. Enquadramento legal: O presente processo de contratação será disciplinado pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pelos Decretos Municipais, que regulamentam e referida Lei em âmbito municipal.

6.4. Modelagem da Contratação: Considerando a natureza do objeto, o valor total estimado e as vantagens para o IPMQ, recomenda-se:

a) Modalidade: Pregão eletrônico

b) Critério de Julgamento: Menor valor por item (mensal);

c) Tipo de empenho: Global

d) Da Vigência: A vigência do instrumento contratual é de **12 (doze) meses**, contados da data da sua assinatura, prorrogável por igual período, conforme art. 106 da Lei 14.133/21, desde que comprovado o preço vantajoso e mantido o equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decretos Municipais nº 3845/2024 e 3846/2024.

6.5. Da Garantia, manutenção e assistência técnica

6.5.1. Dado a natureza relativamente simples do objeto e da solução (Contratação de empresa de locação), entende-se não ser exigível um seguro-garantia.

6.6. Da exigência de carta de solidariedade

6.6.1. Considerando a natureza da solução de mercado, não se vislumbra a necessidade de exigência de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

6.7. Da Subcontratação

6.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

6.8. Da Alteração Subjetiva

6.8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da EMPRESA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do instrumento contratual; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da AUTARQUIA MUNICIPAL à continuidade do contrato.

6.8.2. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada pelo interessado, antes de findo o prazo.

6.8.3. Os interessados deverão colocar à disposição do IPMQ todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos, necessários ao perfeito manuseio dos equipamentos.

6.9. Da Qualificação Técnica:

a) Comprovação de capacidade técnica, por apresentação de, no mínimo, 1(um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no – Anexo I deste edital, com clara menção da execução bem-sucedida, relativamente ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade do mesmo.

b) Não será admitida a apresentação d atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertence ao grupo econômico.

c) Será admitida a soma de atestados ou certidões apresentados pelas licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

d) No caso de consórcio, a comprovação da qualificação técnica será realizada pelo somatório dos quantitativos de cada empresa consorciada.

e) Os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação do pregoeiro e da sua equipe de apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos artigos 169, § 3º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337 – F do código penal.

f) A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestaste para fins de aferição.

6.10. Modelo de Execução:

6.10.1. Local de entrega do objeto: A entrega dos equipamentos deverão ocorrer nas dependências do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Quissamã – IPMQ, sito à rua Barão de Vila Franca, 413 – Centro – Quissamã/RJ – de segunda a quinta-feira das 08:00 h às 11h00h e das 13h30min às 16:00 h, e sexta-feira de 08:00 h às 11h00h – Contatos: (22) 2768-14-18 e E-mail: administrativo@previdenciaquissama.rj.gov.br

6.10.2. A entrega deverá ser feita no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, a contar da data de apresentação da nota de empenho, de segunda a quinta-feira das 08:00 h às 11h00h e das 13h30min às 16:00 h, e sexta-feira de 08:00 h às 11h00h, contatos: (22) 2768-1418 e E-mail: administrativo@previdenciaquissama.rj.gov.br”

a) O IPMQ não aceitará itens fora das especificações mínimas estabelecidas neste Instrumento.

b) Os casos fortuitos relacionados ao cumprimento do objeto deverão ser previamente comunicados à Administração Pública, que analisará a situação para uma tomada de decisão, considerando sempre o melhor interesse da administração pública.

6.10.3. O recebimento do objeto não implica a sua aceitação definitiva, uma vez que dependerá da análise do gestor/fiscal, que deverão verificar o atendimento a todas as especificações, contidas neste Instrumento e no Edital.

a) O **recebimento provisório** dar-se-á em até **02 (dois) dias úteis** após a realização da entrega do objeto por parte da empresa.

b) O **recebimento definitivo** dar-se-á em até **10 (dez) dias**.

6.10.4. Constatadas inconformidades na execução do objeto, o IPMQ, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

a) Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações, determinando sua substituição;

b) Determinar sua correção e/ou complementação se houver diferença de qualidade, quantidades ou de partes.

6.10.5. As inconformidades deverão ser sanadas no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento pela empresa da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente ofertado.

6.10.6. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor, relativas ao recebimento, deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes ao IPMQ.

6.10.7. A EMPRESA deve utilizar, na entrega do objeto, pessoal habilitado e com conhecimentos adequados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

6.10.8. A EMPRESA deve manter seu pessoal orientado com relação ao funcionamento das instalações do IPMQ.

6.10.9. A EMPRESA não deve utilizar, na entrega, trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.10.10. A EMPRESA responderá civil, criminal e administrativamente, por danos pessoais ou patrimoniais decorrentes de sua culpa ou dolo na entrega do objeto ou ainda, por negligência, imprudência ou imperícia de seus prepostos.

6.10.11. A EMPRESA é responsável pelas despesas com materiais, remunerações e vantagens e indenizações decorrentes de obrigações legais, contratuais ou oriundas de acidentes que venham a ser vítimas seus prepostos.

6.11. Levantamento Preliminar de Riscos:

6.11.1. A partir da experiência cotidiana do serviço público e considerando se tratar de um aspecto intrínseco ao estudo de viabilidade da solução considerada mais viável, elenca-se a seguir os riscos considerados mais relevantes ao qual o presente objeto estará exposto.

a) Riscos da Fase de Planejamento/Sessão Pública:

FASE – PLANEJAMENTO/SESSÃO PÚBLICA	
Nº	DESCRIÇÃO
01	Falha na elaboração do documento de formalização de demanda
02	Falha no dimensionamento dos quantitativos
03	Falha na elaboração do estudo técnico preliminar
04	Falha na escolha da solução
05	Falha na elaboração do Mapa/Matriz de Riscos
06	Falha na elaboração do termo de referência
07	Falha na realização da pesquisa de preços
08	Atraso na tramitação administrativo de contratação
09	Falha na elaboração do termo de contrato
10	Falha na elaboração do edital



11	Pedidos de esclarecimentos e impugnações.
12	Empresa licitante com proposta inexequível ou superestimada
13	Processo de contratação fracassada ou deserta.
14	Recusa em assinar contrato ou instrumento equivalente

b) Riscos da Fase de Gestão do Contrato ou Instrumento Equivalente:

FASE – FASE DE GESTÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE	
Nº	DESCRIÇÃO
01	Insuficiência de recursos orçamentários.
02	Insuficiência/falha na comunicação entre as partes
03	Atraso na entrega do objeto.
04	Recebimento de produto fora das especificações mínimas
05	Ausência de entrega do objeto
06	Mudanças nas condições de mercado ou regulamentação
07	Insuficiência de recursos financeiros.

c) Respeitando-se o princípio de segregação de funções, os riscos aqui levantados poderão ou não ser considerados pelo profissional que elaborará o Mapa Gestão de Riscos e a Matriz de Alocação de Riscos.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. Os quantitativos constam item 4.2 deste Instrumento se basearam no histórico de equipamentos existentes na sede locada, bem como na construção da sede própria do IPMQ com a criação de novos setores.

7.2. Composição dos custos estimados mensal e anual:

Nº	DESCRIÇÃO	UN.	QTD.	R\$ UNIT. MENSAL	R\$ TOTAL MENSAL
01	Computador novo desktop gabinete SFF (Small Form Factor).	un.	08	R\$ 241,00	R\$1.928,00
02	Computador novo desktop gabinete SFF (Small Form Factor).	un.	04	R\$292,50	R\$ 1.170,00
03	Locação de Notebook	un.	04	R\$ 260,00	R\$ 1.040,00
04	Impressora Multifuncional Colorida 3 em 1.	un.	04	R\$ 270,00	R\$ 1.080,00
05	Impressora Multifuncional Laser Monocromática	un.	01	R\$ 590,00	R\$ 590,00
06	Impressora Multifuncional Laser Monocromática	un.	01	R\$665,00	R\$ 665,00
*Valor Total (mensal)					6.473,00
Valor Total (anual)					77.676,00

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



8.1. Valor Estimado: O valor total estimado do contrato é de **R\$ 77.676,00** (setenta e sete mil, seiscentos e setenta e seis reais) anual.

8.2. Registra-se por oportuno que tentou-se obter cotação em fonte oficial (Banco de Preços) entretanto, os itens não foram localizados, conforme documentação devidamente acostada. Assim, os valores unitários foram obtidos exclusivamente através de cotação com empresas fornecedoras utilizando-se como critério objetivo de precificação o valor da mediana das propostas obtidas conforme mapa comparativo em anexo. O critério de busca obedece ao inciso I, §2º, Art. 71 do Decreto Municipal nº 3841/2024.

a) Destaca-se que neste momento não foi realizada ampla pesquisa de preços, considerando que este procedimento será realizado por equipe específica. Assim sendo, os valores aqui demonstrados possuem apenas caráter estimativo, não devendo servir de preço final com vistas a licitação.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Considerando que o volume e o valor estimado da aquisição em tela não é considerado de grande vulto, sendo possível que pequenas e médias empresas possam assumir sozinhas todo o objeto sem grandes dificuldades;

9.2. Justifica-se o **não parcelamento** de itens objeto do presente estudo.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

10.1. Considerando a decisão da Administração Municipal de implementar a Lei nº 14.133/2021 a partir do exercício de 2024, sendo seguida também pelo IPMQ, registre-se que houve a formalização do PCA 2024 no decorrer de 2023.

SEÇÃO IV – PLANEJAMENTO

11. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

11.1. Com a presente contratação, espera-se a obtenção de uma solução de qualidade que supra, com efetividade, a necessidade do IPMQ, garantindo as melhores condições com o melhor preço que o mercado possa oferecer.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

12.1. Dada a natureza do objeto, e considerando o momento de realização do presente estudo, percebe-se que as providências a serem adotadas pelo IPMQ se referem à:

- a) formalização da contratação do referido serviço.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. Impactos Ambientais: O objeto em comento terá como impactos ambientais:

- a) O consumo de papel A4 na elaboração e tramitação do processo administrativo interno;

13.2. Medidas mitigadoras: Como medidas mitigadoras recomendadas pela comunidade científica, ao IPMQ, recomenda-se:

- a) Utilizar papel produzido a partir de madeira de reflorestamento, o que evita contribuir para o desmatamento da vegetação nativa, bem como descartar corretamente, evitando-se a poluição do meio ambiente.

SEÇÃO V – VIABILIDADE

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

14.1. O presente estudo técnico preliminar evidencia que a solução descrita no item 6 deste ETP se mostra técnica e economicamente viável e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, **DECLARO SER VIÁVEL** a contratação pretendida.

14.1.1. Justificativa da Viabilidade: A viabilidade se justifica pela natureza comum da solução, oferecida por muitas empresas do mercado, bem como pelas vantagens potenciais para o IPMQ, já que a natureza do objeto favorece a competição entre as empresas potencializando uma redução de custos em favor do Erário do IPMQ.



IPMQ
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos
do Município de Quissamã

P.M.Q.
Processo nº _____
Rubrica _____ Fls. _____

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ - IPMQ
EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2024
ANEXO III
PLANILHA COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

Nº	DESCRIÇÃO	UN.	QTD.	R\$ UNIT. MENSAL	R\$ TOTAL MENSAL
01	Computador novo desktop gabinete SFF (Small Form Factor).	un.	08	R\$ 241,00	R\$1.928,00
02	Computador novo desktop gabinete SFF (Small Form Factor).	un.	04	R\$292,50	R\$ 1.170,00
03	Locação de Notebook	un.	04	R\$ 260,00	R\$ 1.040,00
04	Impressora Multifuncional Colorida 3 em 1.	un.	04	R\$ 270,00	R\$ 1.080,00
05	Impressora Multifuncional Laser Monocromática	un.	01	R\$ 590,00	R\$ 590,00
06	Impressora Multifuncional Laser Monocromática	un.	01	R\$665,00	R\$ 665,00
*Valor Total (mensal)					6.473,00
Valor Total (anual)					77.676,00



IPMQ

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos
do Município de Quissamã

P.M.Q.

Processo nº _____

Rubrica _____ Fls. _____

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ – IPMQ

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2024

ANEXO II

(Descrição da Compra)



IPMQ
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos
do Município de Quissamã

P.M.Q.
Processo nº _____
Rubrica _____ Fls. _____

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ – IPMQ**

**EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2024**

**ANEXO III
PROPOSTA DE PREÇOS**



IPMQ

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos
do Município de Quissamã

P.M.Q.

Processo nº _____

Rubrica _____ Fls. _____

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ – IPMQ
EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2024
ANEXO IV
MINUTA DE CONTRATO**